



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

A Cooperação Sul-Sul entre Angola e China e a soberania angolana: Uma leitura sob a óptica da governação do MPLA

Aluna: Denise Madleine de Carvalho Pedro

Orientadora: Prof. Doutora Andrea Valente

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em
Ciência Política

Lisboa

2025



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

A Cooperação Sul-Sul entre Angola e China e a soberania angolana: Uma leitura sob a óptica da governação do MPLA

Denise Madleine de Carvalho Pedro

Orientador: Prof. Doutora Andrea Valente

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Ciência Política

Júri:

Presidente:

- Doutor Pedro Miguel Moreira da Fonseca, Professor Associado com Agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Vogais:

- Doutor Álvaro Luís Correia de Nóbrega, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

- Doutora Andrea Sofia da Cruz Valente, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de orientadora.

Lisboa

2025

Agradecimentos

A conclusão desta dissertação foi possível devido ao apoio e contribuição de diversas pessoas, pelas quais, expresso as minhas sinceras gratidões.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus pela fé e por ter me dado força para conceber esta dissertação que foi um grande desafio na minha trajectória académica.

Agradeço à minha orientadora a Senhora Professora Doutora Andrea Valente pelo suporte e pela orientação concedida no processo final da minha dissertação de mestrado. O seu conhecimento e experiência na área de Relações Internacionais foram fundamentais para a finalização desta dissertação.

À Professora Doutora Gabrieli Gaio pelo acompanhamento inicial que prestou ao meu trabalho e por ter acreditado no potencial deste tema para Ciência Política. A sua paciência e dedicação foram indispensáveis para a minha aprendizagem, enquanto aluna de Mestrado do curso em Ciência Política.

Ao Coordenador de Ciência Política e Professor Doutor Pedro Fonseca pelo suporte e pela paciência em apoiar-me nesta etapa final da minha dissertação, especialmente, no auxílio em encontrar um novo orientador para a minha dissertação.

A todos os docentes do curso de Mestrado em Ciência Política e colegas que, com os seus ensinamentos, me tornaram uma melhor aluna e investigadora na área das Ciências Sociais e Políticas, contribuindo, com certeza, para a minha formação enquanto estudante e ser humano.

Aos meus amigos que me auxiliam neste processo de dissertação com palavras de motivação para que continuasse com o meu objectivo final que era a finalização do meu trabalho académico.

Por fim, e não menos importante, à minha família, especialmente, aos meus pais, João Manuel Pedro e Isabel Duarte Teixeira de Carvalho Pedro e às minhas irmãs, Dulce Maria Correia, Yanisbel Pedro e Eliane Pedro pelo carinho e amor incondicional e por terem sempre acreditado no meu potencial, enquanto duvidava da minha competência para a realização desta dissertação. Nada seria possível sem o apoio da minha família.

Resumo

A dissertação que apresentamos visa compreender a cooperação sino-angolana, no pós-guerra civil em Angola, sobretudo quanto à gestão da soberania angolana conduzida pelo partido Movimento Popular de Libertação de Angola. Com efeito, o trabalho procura entender como o MPLA estrutura a sua noção de soberania na cooperação sul-sul com o Estado Chinês, no âmbito da reconstrução nacional.

O trabalho refere-se a um período cronológico que vai desde o início do século XXI, mais concretamente no final da guerra civil (2002), até ao período da ascensão ao poder do Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço (2017).

A dissertação tem como objectivo analisar e caracterizar o partido MPLA no sistema político angolano, na perspectiva de perceber como o MPLA, durante este período, preservou a sua soberania e em que medida a cooperação com a China contribuiu para o fortalecimento do MPLA em Angola.

Nesta pesquisa, socorremo-nos das teorias do pós-colonialismo e do pós-modernismo, pois, ambas abordagens se complementam pelo facto de criticarem o eurocentrismo.

Relativamente à metodologia empregue no trabalho, optamos pela abordagem qualitativa que nos permitiu ter um conhecimento abrangente sobre o objecto de estudo.

As nossas investigações permitiram identificar que o MPLA controla as estruturas estatais em Angola, diminuindo o espaço dos outros partidos no cenário político, aumentando, assim, a sua influência e primazia no sistema político angolano.

Palavras-Chave: Soberania, MPLA, Partido-Estado, reconstrução nacional, Cooperação Sul-Sul e China.

Abstract

This dissertation aims to understand Sino-Angolan cooperation in post-civil war Angola, especially in terms of the management of Angolan sovereignty by the Popular Movement for the Liberation of Angola party. In effect, the work seeks to understand how the MPLA structures its notion of sovereignty in south-south cooperation with the Chinese state, in the context of national reconstruction.

The work refers to a chronological period that goes from the beginning of the 21st century, more specifically at the end of the civil war (2002), to the period of President João Manuel Gonçalves Lourenço's rise to power (2017).

The dissertation aims to analyse and characterise the MPLA party in the Angolan political system, with a view to understanding how the MPLA preserved its sovereignty during this period and to what extent cooperation with China contributed to strengthening the MPLA in Angola.

In this research, we used the theories of post-colonialism and post-modernism, as both approaches complement each other by criticising Eurocentrism.

With regard to the methodology employed in the work, we opted for the qualitative approach, which allowed us to have a comprehensive knowledge of the object of study.

Our research has allowed us to identify that the MPLA controls state structures in Angola, reducing the space of other parties on the political scene, thus increasing its influence and primacy in the Angolan political system.

Keywords: Sovereignty, MPLA, Party-State, national reconstruction, South-South Cooperation, China.

Lista de Abreviaturas

BNA	Banco Nacional de Angola
CSS	Cooperação sul-sul
Eximbank	Banco para a Exportação e Importação da China
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
GNR	Gabinete de Reconstrução Nacional
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
Sonangol	Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola

Índice

Introdução	6
1.1. Tema e Contexto	6
1.2. Pergunta de Partida e objetivos	7
1.3. Justificativa	8
1.4. Estrutura da Dissertação	9
II. Enquadramento Teórico e Conceitual	11
2.1. Revisão e Diálogo com a Literatura	11
2.2. Perspectivas Teóricas e Conceitos-Chave	14
III. Metodologia	21
IV. O Sistema Político Angolano e o papel do MPLA	25
4.1. O Papel do MPLA no Sistema Político Angolano	26
4.2. A importância da governação de José Eduardo dos Santos	34
V. Relações cooperativas entre Angola e China	40
5.1. Contextos e Motivações	40
5.2. As políticas nacionais de reconstrução em Angola no pós-guerra civil e o papel da República Popular da China	42
5.3. A busca de alternativas externas na reconstrução pós-conflito	53
5.4. Para além das infra-estruturas: As trocas comerciais entre Angola e China	55
VI. Discussão: o papel da noção de poder e soberania no contexto da Cooperação sul-sul	60
6.1. O papel dos partidos e dos Partidos-Estado	60
6.2. A concentração de poderes	61
6.3. A soberania e a importância da relação com a República Popular da China	63
VII. Conclusões	67
VIII. Referências Bibliográficas	69

I. Introdução

1.1.Tema e Contexto

Esta dissertação de mestrado centra-se no estudo da gestão da soberania angolana pelo Movimento Popular de Libertação de Angola no contexto da cooperação sul-sul, mais concretamente, das relações entre Angola e a China. Este trabalho tem como propósito compreender o relacionamento entre Angola e a China num contexto em que o partido governante MPLA tornou-se vencedor da guerra civil com o objectivo de manter a preservação e a continuação da soberania nacional na política angolana.

O período cronológico do nosso trabalho incidirá no início do século XXI até 2017 que simboliza a entrada do novo presidente em Angola, pois, almejamos investigar a manutenção do *status quo* em Angola e conservação do MPLA como actor político e principal agente no país e, consequentemente, a permanência do seu controle sobre a gestão da soberania angolana em meio à proliferação dos acordos cooperativos com a China neste início de século.

Segundo Pearce (2017, p.241), após a morte do líder da oposição, Jonas Savimbi, o partido MPLA conseguiu o restabelecimento da paz de acordo com os seus critérios políticos, não existindo nenhuma contestação quanto ao projecto de reconstrução apresentado pelo MPLA.

Assim, o MPLA tinha como missão reconstruir o país para que atendesse aos anseios dos angolanos na busca de melhores condições de vida. O Estado angolano estava totalmente destruído numa guerra que durou quase três décadas, pelo que, o MPLA tentava buscar ajuda externa para a reestruturação e recomposição de Angola (Malaquias, 2012, pp.34-35).

Deste modo, o governo angolano buscou recorrer ao auxílio dos países Ocidentais, convocando uma conferência para que estes pudessem ajudar na reconstrução de Angola. Contudo, o cenário tornou-se pouco auspicioso diante das exigências políticas e económicas manifestadas pelo Ocidente, pelo que, Angola buscou no Estado chinês uma solução para os seus problemas (Sousa, 2013, p.2).

Sousa (2013) acrescenta que a China procurou ajudar na reedificação de

Angola, oferecendo empréstimos sem imposições políticas e com prazos favoráveis para o Estado angolano, cooperando com Angola em projectos de “infra-estrutura rodoviárias e ferroviárias”, tal como em áreas da educação e saúde.

Pautasso (2009, p.28) afirma que a cooperação entre Angola e China era benéfica na medida em que o Estado chinês usufruía dos recursos naturais para a manutenção da sua indústria e, para Angola, era importante tal cooperação na salvaguarda da sua soberania nacional. Dessa forma, o MPLA conseguiu buscar outra alternativa em relação às condições impostas pelas grandes potências e organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional, por exemplo.

Neste sentido, este trabalho enquadra-se num contexto de reconstrução de Angola no pós-guerra civil protagonizado pelo MPLA, que tinha como propósito salvaguardar a autonomia governativa no sistema político angolano no contexto de sua cooperação com o Estado chinês.

Desta maneira, este trabalho busca problematizar a concepção de soberania nacional empreendida pelo MPLA, enquanto partido governante e dominante em Angola, (Chabal, 2008; Messiant, 2008) e o papel que a cooperação sul-sul, protagonizada nas relações entre Angola e a China teve neste processo.

Por um lado, o estudo da CSS Angola-China será importante para entendermos a defesa do respeito pela soberania que o Estado angolano preserva nos seus acordos cooperativos. Por outro lado, importa também porquanto constitui factor relevante para apreendemos a preservação do *status quo* político-partidário do MPLA em Angola.

1.2.Pergunta de Partida e Objectivos

Em linha com o exposto, o presente trabalho apresenta a seguinte pergunta de partida:

De que forma o MPLA articula sua noção de soberania nacional no contexto da cooperação sul-sul estabelecida entre Angola e China no início do século XXI?.

O objectivo geral da dissertação, por sua vez, prende-se com:

Compreender as relações cooperativas Angola-China no contexto da necessidade de preservação da soberania e autonomia governativa empreendida pelo MPLA, no âmbito da reconstrução nacional angolana.

Finalmente, os objectivos específicos da nossa investigação consistem em:

Caracterizar e analisar o Sistema Político Angolano, nomeadamente o papel do MPLA em tal sistema;

Caracterizar e analisar as políticas nacionais de reconstrução em Angola após o fim da guerra civil;

Descrever e analisar a estrutura cooperativa estabelecida entre Angola e China após 2002.

1.3. Justificativa

Na literatura contemporânea, os estudos África-China vêm desenvolvendo uma grande quantidade de trabalhos que reflectem sobre este tema, especialmente na área disciplinar das Relações Internacionais. Assim, nas nossas leituras, observamos que autores como Alden (2005, 2012), Campbell (2008) e Kiala (2010) tendem a caracterizar os Estados africanos como “frágeis” quanto à governação e incapazes de controlar os seus próprios recursos naturais, a tal ponto que necessitam da China para a reconstrução das suas economias. Taylor (2009; 2012; 2014), por sua vez, apresenta o continente africano como anárquico, incerto e instável nas relações com os atores externos, à semelhança de um estado de natureza *hobbesiano*.

Por outro lado, a literatura também vem demonstrando uma vertente contra hegemónica com autores como Brautigan (2010, 2011), Ouriques (2014, 2015), Tull (2006) e Visentini (2014) a demonstrarem preocupação com o crescimento e o desenvolvimento do continente africano e defender que a cooperação entre África-China é vantajosa, pois, partilham dos mesmos princípios e condutas.

Vale notar que esse debate hegemónico já muito explorado na literatura apresenta um viés eurocêntrico (Barbosa, 2008) e de colonialidade do saber-poder (Quijano, 2005; Mignolo, 2005), pois, ambas as abordagens consideram

o continente africano como um “problema” a ser resolvido ou um continente a ser “desenvolvido” – ponto que será explorado mais adiante nesta dissertação. É simbólica, ainda, a quase ausência de autores africanos e, mais especificamente, angolanos que alcançam a mesma repercussão dos pares científicos europeus, não obstante a matéria verse sobre o contexto africano. Por conseguinte, é também subjacente a falta de atenção conferida à agência angolana, seu sistema político e atores domésticos na construção da CSS, exceptuando a autora Lucy Corkin (2009; 2012) e outros já citados na nossa dissertação que exploram a postura política do MPLA no contexto angolano, colocando o Estado Chinês como secundário na conjuntura política de Angola.

No que se refere à Ciência Política, notamos que há reduzida bibliografia em relação ao nosso tema, daí que seja necessário analisarmos as relações bilaterais entre Angola e China para que possamos compreender o impacto interno desta relação na consolidação do sistema político angolano, isto é, do partido MPLA ou, ao contrário, na fragilização da autonomia do MPLA na política interna angolana.

Dessa forma, na presente dissertação, pretendemos conferir ênfase à agência de Angola, enquanto Estado operante nesta cooperação, ou seja, objectivamos contribuir para literatura mediante o enfoque no contexto governativo angolano, seu sistema político e principais atores domésticos face à cooperação chinesa.

Por isso, consideramos ser importante no âmbito disciplinar da Ciência Política, darmos o nosso contributo para o estudo das políticas internas de Angola, trazendo, sobretudo, a gestão do projecto de soberania nacional pelo MPLA como ponto nuclear na cooperação com a China.

1.4. Estrutura da Dissertação

A estrutura desta dissertação organiza-se em sete capítulos, pelo que, o primeiro é o presente capítulo introdutório destinado a apresentar o objecto de estudo ao (à) leitor(a).

O segundo capítulo consistirá no Enquadramento Teórico e Conceitual que tem o objectivo de (i) apresentar uma revisão e um diálogo com a literatura e (ii) consolidar a nossa pesquisa pelo meio de perspectivas teóricas e conceitos

que serão empregues até ao final do trabalho. Estes conceitos e teorias serão fundamentais para esclarecer e compreender os acontecimentos expostos no nosso trabalho e nos ajudarão no desenvolvimento dos nossos argumentos.

O terceiro capítulo será a nossa Metodologia, onde explicaremos, de forma detalhada, as opções metodológicas que aplicaremos para o presente trabalho, tal como a recolha de dados e as principais técnicas e os tipos de pesquisa utilizados para estrutura científica da dissertação, entre outras.

O quarto capítulo compor-se-á na caracterização e análise do sistema político angolano, especificando o papel do MPLA e a governação de José Eduardo dos Santos. Neste capítulo, abordaremos as componentes essenciais que caracterizam o sistema político angolano na contemporaneidade, sempre com enfoque no partido governante.

O quinto capítulo versará sobre a relação cooperativa sino-angolana, dando ênfase ao Estado angolano em busca de alternativas face ao Ocidente para reconstrução do seu país no pós-conflito.

O sexto será o capítulo da nossa discussão que tem como objectivo fazer um cruzamento entre o sistema político angolano e a relações cooperativas entre Angola e China trazendo, sobretudo, o papel da noção de poder e soberania no contexto da cooperação sul-sul.

O sétimo, o último capítulo, representará as nossas conclusões, nas quais, apresentaremos os aspectos gerais do estudo e as principais considerações que, no nosso ponto de vista, serão essenciais para responder alguns questionamentos pautados no nosso trabalho.

Enquadramento Teórico e Conceitual

2.1.Revisão e Diálogo com a Literatura

Como identificamos no capítulo introdutório, podemos afirmar que existem duas vertentes distintas quanto ao estudo África-China - uma hegemónica que defende a ineficácia da CSS sino-angolana; e outra contra-hegemónica que defende o oposto.

Autores como Beegle et al. (2016), Kimenyi & Lewis (2011), Kimenyi & Mbaku (2011), Ojo (2016), Oweye & Bissessar (2012), Songwe & Moyo (2012) retratam uma África pobre em termos económicos, com um índice de governação fraca das suas instituições estando, portanto, relacionada com a liderança dos respetivos governantes que são considerados pelos autores acima, ditatoriais e antidemocráticos.

Lawal (2007, p.6) defende a ideia de que os governos africanos são “corruptos”, por isso, os países africanos não conseguem alcançar o seu desenvolvimento.

Tal como os autores acima que retratam a má governação dos países africanos, Taylor (2008, pp.70-71) ainda enfatiza que a China contribui para a corrupção e a má governação dos Estados africanos, pois, o Estado chinês não ajuda no desenvolvimento dos Estados africanos em relação à *goodgovernance*. O autor argumenta (2008), ademais, que as políticas cooperativas chinesas em África são atrativas para os governantes africanos, pois, os chineses não exigem imposições quanto ao modelo democrático e nem se preocupam com a fragilidade da governação dos líderes africanos em relação à sociedade civil e à população.

Neste sentido, como observamos acima, estamos diante da vertente hegemónica na qual os autores estão preocupados com a promoção da *goodgovernance* nos países africanos. Para esta vertente, a China, prejudica os Estados africanos ao servir de alternativa em relação ao Ocidente, pois, contribuiria para uma deterioração das instituições governativas angolanas.

Em contraste com a vertente hegemónica, investigamos que há autores como Anshan (2007), Carter III et al. (2019), Galchu (2016), Shelton & Paruk (2008) que consideram a cooperação África-China vantajosa no que se refere

ao crescimento e ao desenvolvimento do continente africano, pois, promoveria o respeito mútuo e a igualdade entre os Estados africanos e o Estado chinês.

Deste modo, Uchehara (2009, p.110) afirma que a cooperação África-China é importante para os Estados africanos, pois, estes deixam de se tornar dependente dos países Ocidentais, já que, a China não leva em consideração o modelo Ocidental para a realização das suas estratégias de cooperação.

Alden e Large (2013) argumentam que a cooperação chinesa em relação ao continente africano é vantajosa, na medida em que a China financiou e investiu em infra-estruturas que foram essenciais para a recuperação dos Estados africanos no pós-guerra. Por isso, para Brautigam (2013), e porque o Estado chinês dá uma grande importância à questão de soberania, não está preocupado em se envolver nos assuntos domésticos dos Estados africanos, constituindo um factor crucial para sua influência global.

Sendo assim, Saraiva (2015) expõe a diferença entre a abordagem Ocidental e a abordagem chinesa. Enquanto o Ocidente está preocupado com os problemas de governação e de segurança nas instituições democráticas, a China aproveita para ser a “solução” para a maioria dos Estados africanos, assegurando que estes consigam desenvolver a sua economia nos seus respetivos setores, aproveitando a abertura e a oportunidade que os Ocidentais a concederam em relação à África para tornar-se o protagonista do continente africano.

Carmody et al. (2020, p.242) analisam que os Estados africanos e a China têm em comum o facto de valorizarem a questão da soberania e a não interferência nos assuntos internos, pelo que, a ligação entre os dois âmbitos fomentou o desenvolvimento económico e comercial entre África-China para que os países africanos se tornassem cada vez mais independentes.

Podemos observar que ambas as vertentes científicas têm como denominador comum, o fim último de descobrir se a cooperação África-China é ou não eficaz para o crescimento e o desenvolvimento do continente. Ambas as abordagens têm como principal objectivo “desenvolver” e “solucionar” os “problemas” existentes no continente africano (Gaio, 2022), não havendo real espaço para compreender, com cautela e atenção, variáveis governativas

domésticas ou locais, como pretendemos investigar no presente trabalho.

Ainda em relação ao *status quo* da literatura África-China, importa observar, ademais, que estamos perante a colonialidade do saber e do poder teorizada por Quijano (1992). Isso porque se trata de literatura encapsulada na dominação teórica e mesmo epistémica da modernidade em relação aos povos (Quintino, 2004; Mignolo, 2005). Desta maneira, “a cultura europeia passou a ser um modelo cultural universal e o imaginário nas culturas não europeias dificilmente poderia existir e, sobretudo, reproduzir-se fora dessas relações”(Quijano, 1992, pp.2-3).

Por isso, esta dissertação busca lançar as lentes do pós-colonialismo sobre a CSS sino-africana, buscando alternativas ao eurocentrismo que tem pautado o assunto até o momento. De tal maneira, as abordagens pós-coloniais serão de grande importância para as nossas pesquisas, pois, conforme apontado por Loomba (2005, p.16), se trata de um conjunto de abordagens que interpela as convicções teórico-epistemológicas, resistindo às convicções do poder colonial e revendo a relação de opressão epistémica entre colonizador e colonizado (Gandhi, 1998, p.4).

Posto isto, podemos afirmar que há uma grande diversidade de autores que refletem sobre a teoria pós-colonialista (Bhabha, 2013; Chandra, 2013; Dun, 2001; Fanon, 2022; Mbembe, 2019; Spivak, 2015). Por conseguinte, Dunn (2001, p.3) observa na introdução do seu livro que os investigadores da teoria pós-colonialista repararam e observaram que o Ocidente quer transformar o continente africano como o seu próprio espelho, ou seja, actuando e comportando-se da mesma forma na conjuntura internacional.

Dessa forma, esta corrente teórica pode ser analisada em conjunto mediante três pilares i) consiste nas críticas contra o eurocentrismo; ii) centra-se na análise das idiossincrasias históricas de cada região e iii) baseia-se na reformulação de concepções políticas essenciais fora da esfera ocidental como “o Estado, a democracia, o nacionalismo e a guerra” (Chandra, 2013, p.489). A próxima secção deste capítulo irá, enfim, avançar mais neste sentido.

2.2. Perspectivas Teóricas e conceitos-chave

Nesta secção abordaremos de forma mais aprofundada o diálogo entre a teoria pós-colonialista e o pós-modernismo de Foucault (1978; 1988; 2005; 2008), pois, ambas abordagens se complementam pelo facto de criticarem o eurocentrismo, colocando em causa o modernismo Ocidental.

Sendo assim, na nossa dissertação, a abordagem pós-colonialista nos ajudará a entender o papel da soberania dentro da CSS que existe na cooperação entre o Estado angolano e o chinês, uma vez que os países do norte global associam a soberania da CSS aos regimes autoritários, pois, estes não promovem a *goodgovernance*.

Nesta sequência, o pós-modernismo de Foucault (1978; 1988; 2005; 2008), será importante na exploração do poder soberano, pois, com o modelo teórico produzido pelo autor, compreenderemos a noção de soberania no governo do MPLA e como este emprega para alcançar o seu poder e objectivos.

Assim, de facto, como vemos na secção anterior, os estudos da corrente pós-colonialista têm como uma de suas principais críticas o eurocentrismo que demarca a estrutura científica moderna. Em alternativa busca-se privilegiar o estudo das regiões mediante a inclusão de vozes teóricas e epistémicas plurais. Logo a abordagem pós-colonialista procura, de uma forma geral, evitar assimilar de uma forma pouco crítica conceitos eminentemente eurocêntricos.

Não obstante a variedade de abordagens pós-colonialistas que enformam as mais diversas áreas das ciências sociais, esta dissertação contará, em especial, os contributos do autor africano Siba Grovogui (2001; 2002), cruciais para o protagonismo dos estudos e a da literatura africana em relação ao Ocidente. A escolha dá-se em virtude da longa teorização que o autor empreende acerca da questão da soberania em contextos africanos no âmbito da teoria política pós-colonial.

Grovogui (2002, p.331) argumenta de forma clara que o Ocidente conseguiu submeter o continente africano às suas regras em relação ao regime de soberania, de maneira que o Congo ficou totalmente ligado às normas soberanas da Bélgica e da Suíça. Assim, o regime de soberania destes países impossibilitou a viabilidade de um Congo independente e autónomo em relação

às suas próprias doutrinas soberanas.

Desde já, Grovogui (2001, p.33) enfatiza que os soberanos tinham como objectivo expandir a sua soberania para as outras esferas para que satisfizessem as suas vontades e os seus interesses, porquanto, o desejo dos soberanos ocidentais em relação à soberania era demasiado, na medida em que transportavam para os outros povos as suas normas com propósito político, ideológico e económico (Grovogui, 2001, pp.34-35).

Sendo assim, o imaginário ocidental baseado no contexto da colonização permitia que os soberanos levassem para os povos colonizados as suas doutrinas políticas, económicas e culturais a tal ponto que os colonizados tinham que se habituar e se integrar a realidade ocidental. Logo, quando ocorresse a integração e adaptação do povo africano à nova realidade, estes eram recompensados e reconhecidos pelas entidades políticas, caso contrário, haveria guerras e punições aos africanos que se rebelassem à hegemonia Ocidental (Grovogui, 2002, p.327).

Posto isto, Grovogui (2001) argumenta que o consenso internacional acerca da soberania não deveria se confinar exclusivamente na perspectiva e experiência europeia, pelo que, o alargamento do conhecimento social e cultural quanto aos regimes de soberania de povos não-europeus seria essencial para ciência do saber.

Grovogui (2001; 2002) investigou a colonização no continente africano, demonstrando que os europeus não transportaram a soberania ao continente africano e que já havia regimes de soberania africana previamente à colonização, nas quais, a população africana já tinha as suas próprias disposições espirituais e ideológicas, bem como o seu próprio modelo político e económico.

Assim, a implementação de regimes de soberania europeia, resultante da conferência de Berlim de 1885, implicou na interferência das estruturas e das organizações africanas (Grovogui, 2002, p.327) como decorreu no Congo e na Serra Leoa, que possibilitou a intervenção das potências europeias no sistema político e económico destes Estados (Grovogui, 2002).

Paralelamente à crítica pós-colonial articulado por Grovogui (2001;

2002) em relação à concepção exclusiva de soberania europeia, mais propriamente ao eurocentrismo embutido na mesma, esta dissertação também se apoia na crítica pós-moderna de Michel Foucault (1978; 1988; 2005; 2008) ao fenómeno do poder soberano. Assim, ambas as escolas, reflectem sobre a imposição da soberania Ocidental.

Neste sentido, Sidaway (2003, p.164) argumenta que a soberania dos Estados africanos, como é o caso de Angola, foram construídos com base à realidade Ocidental, por isso que seria difícil descrever a soberania da maioria dos Estados africanos sem mencionar as interpretações das normas Ocidentais.

Por este motivo, Grovogui (2002) compreende que é necessário analisar de forma intrínseca o continente africano em detrimento das políticas Ocidentais. Assim, a ênfase do nosso estudo remete-se ao continente africano em relação à sua crítica à modernidade colonial, e a escola pós-moderna de Foucault (1978; 1988; 2005; 2008) será crucial na negação do modernismo e na crítica deste poder eurocêntrico.

Desta forma, no livro *Microfísica do poder*, Foucault (1978, p.107) reflete que o conceito de soberania em forma repressiva tem dois significados, sendo que o primeiro retrata o direito que o soberano exerce nos indivíduos e o segundo descreve a soberania como uma forma de domínio disciplinar para doutrinar os indivíduos. Em virtude disto, Foucault (1978) apresenta uma crítica ao grande poderio que os autores clássicos da modernidade aplicam ao fenómeno de soberania, em especial o *Leviatã* articulado por Hobbes (2003).

Foucault (2008, p.89) ressalta as três razões para que um soberano fosse poderoso, a primeira baseava-se na dimensão do território, a segunda pela quantidade de recursos e a terceira pela população, na medida em que esta população tinha que obedecer o soberano e torná-lo rico através das suas atividades de trabalho.

Foucault (2005, pp.41-42) argumentava que só poderíamos reflectir sobre o poder soberano se separássemos esta análise da teoria de soberania centrada automaticamente na figura do rei, que utilizava esse poder como arma para a sua consolidação, por conseguinte, isto dificultava a percepção crítica de que a soberania compunha-se na relação entre o soberano e o súbdito.

Logo, Foucault (2005, p.40) alertava para a necessidade de se estudar o poder para além do modelo hobbesiano, pois, a soberania consistia o centro de poder no modelo do Leviatã e, conseqüentemente, definia as instituições estatais, envolvendo outros indivíduos para que fizessem parte desta soberania.

Posto isto, Foucault (2005, pp.286-287) ainda argumentou que a soberania configurava o poder que o soberano detinha em relação à morte e à vida dos seus subordinados, ou seja, o soberano “pode fazer morrer e deixar viver”, uma vez que decisão do súbdito estar vivo ou morto dependia da decisão do soberano. Assim, matando o súbdito automaticamente, o soberano tinha o controlo de deixar viver.

Foucault (2008) acrescentou que a soberania institucional do Estado poderia dar lugar ao poder partidário porque a soberania estaria embutida também no sistema partidário, uma vez que o Estado, em alguns casos, poderia estar confinado ao partido político (2008, pp.263-264), compreendendo que o poder soberano não necessariamente se delimitava na figura do Estado.

Assim, Foucault (2005) buscou entender na sua pesquisa a relação que existia entre o poder, as regras do direito e o efeito de verdade que esse poder produzia, pelo que, este compreendia que não há o exercício do poder sem um discurso de verdade, pois, na nossa sociedade somos obrigados, forçados e coagidos a dizer a verdade, sendo condenados e destinados a morrer da mesma forma devido aos discursos verdadeiros que têm determinados tipos de poder (Foucault, 2005, pp.28-29).

Já em relação às regras de direito, Foucault (2005, p.30) descreve que o pensamento jurídico, que se elaborou desde a idade média, foi “um instrumento técnico constitutivo do poder monárquico, autoritário, administrativo e absoluto” em torno da figura do rei, visto que, o direito servia como instrumento e apoio ao rei, ao mesmo tempo que limitava a relação com o poder soberano.

Com isto, Foucault (2005, p.31) chega à conclusão que o poder soberano utiliza dos mecanismos de direito, isto é, da lei, dos aparelhos e das instituições como forma de subordinação ao corpo social de uma sociedade. Desta maneira, o poder soberano se caracteriza somente na figura do rei, ou

seja, do Estado que exerce a violência, com o objectivo de fazer morrer e viver (Foucault, 2005).

Deste modo, Foucault (2005) é contra tudo que sucede em Hobbes (2003), no seu livro *Leviatã*, que informa que o rei conseguiu o poder absoluto através do ato voluntário dos homens ao transferir os seus direitos e renunciarem alguns para o bem comum, instituindo, assim, a preservação da vida e segurança na sociedade (Hobbes, 2003, p.115), havendo a necessidade de existir um representante com o objectivo de unificar o povo em defesa da paz.

Diante destas informações, Hobbes (2003) caracteriza o homem sem uma figura central como inseguro, desconfiado e injusto, por isso, havia a necessidade de existir um representante para a defesa da paz.

Deste modo, tal como o pensamento de Hobbes, Maquiavel (2019) considera que o príncipe/ governante tem que utilizar de todos os meios, sem medir as consequências, para permanecer e continuar no poder, por isso, que o soberano tem que fazer o uso de todos os direitos para conseguir preservar o seu poder com a finalidade de salvaguardar a vida da sua população (Hobbes, 2003).

Por esta razão, Foucault (2005, p.286) entendia o poder soberano como um poder repressor que condena, castiga e pune e exerce um controlo sobre a vida dos seus súbditos, fazendo morrer, considerando o poder soberano como assassino (Foucault 2005, p.310), pois, este utilizava a guerra como um objectivo político, uma vez que “a guerra era a fase final e decisiva que coroava todo o conjunto”.

Sendo assim, Foucault (2005, pp.32-33) esclarece que o problema do poder soberano não é mais a legitimidade da soberania, sendo necessário saber aonde este poder punitivo se aplica, se organiza, se forma e se prolonga nas “instituições locais, regionais e materiais”, com isto, o autor não procura entender como o soberano tem o poder e o que ele procura com poder.

O mesmo acrescenta que pretende analisar como “se constituíram, progressivamente, realmente, materialmente, os súbditos, a partir da multiplicidade dos corpos, das forças, das energias, das matérias, dos desejos,

dos pensamentos”. Propõe-se estudar “os corpos periféricos e múltiplos, constituídos pelos efeitos do poder como súbitos”, de maneira que procurava analisar o poder fora das mãos de alguém ou da riqueza de uns, pois, este compreendia que o poder se exerce em rede como uma coisa que circula e funciona em cadeia que não devíamos estar focado apenas em um só poder (Foucault, 2005, p.35).

Este autor ainda argumenta que análise deve ser feita pelo poder da disciplina através dos mecanismos infinitesimais, “dos quais tem a sua própria história, o seu próprio trajecto” para depois observamos como esses mecanismos de poder são “aplicados, utilizados, investidos, colonizados para uma dominação global” (Foucault, 2005, p.36).

Assim, Foucault explicava a diferença entre o poder soberano e o poder disciplinar na medida que o poder soberano está mais focado na figura do soberano e na conservação da sua governação (Hobbes, 2003; Maquiavel, 2019), o outro está mais centrado no controlo, na gestão e na disciplina do corpo (Foucault, 2005).

Desta forma, o poder disciplinar ultrapassou o poder soberano, posto que utiliza o poder para gestão dos homens, de modo que estes possam exercer o máximo do seu trabalho e da sua atividade a favor de “um sistema de poder suscetível de controlá-los”, sendo que este poder abrange o controlo dos indivíduos nas escolas, no exército e em outros lugares (Foucault, 1978, p.61).

Por isso que Foucault define no seu livro, *Vigiar e Punir*, que o poder disciplinar tem como propósito doutrinar para retirar o melhor (Foucault, 1999, p.195) em relação aos homens, demonstrando que a sociedade moderna tinha o poder de controlar e gerir os indivíduos conforme à sua vontade/ desejo.

III. Metodologia

O presente trabalho consiste num estudo de caso, pois, Stake (2003) considera que o estudo de caso é um dos métodos mais comumente utilizados na abordagem qualitativa, pelo que, a investigação do estudo de caso consiste em identificar as informações que serão expostas no trabalho, uma vez que é necessário o registo de “ocorrências típicas e representativas”, ainda que nem sempre o investigador possa seguir este caminho (Cohen et al., 2018, p.257).

Segundo Seawright e Gerring (2005, p.2), o estudo de caso é observado pelos pesquisadores num determinado período e de forma contextual, daí que,

analisaremos o relacionamento entre os dois Estados numa perspectiva contextual sem pretensões de generalização imediata, considerando que a nossa dissertação reflectirá no início do século XXI até 2017.

Utilizamos, ademais, uma abordagem metodológica qualitativa. Assim, Creswell (2010, p.26) apresenta o método qualitativo como uma pesquisa eficaz para que se compreenda e se entenda os problemas existentes num determinado contexto.

Yin (2016, p.9) complementa ao afirmar que o método qualitativo tem como objectivo compreender o ponto de vista e o meio em que cada um está inserido, demonstrando que o ambiente pode influenciar a realidade de cada indivíduo.

Deste modo, optamos por esta metodologia, pois, consideramos que será essencial para o enriquecimento da investigação visto que aplicaremos ao longo do nosso trabalho a investigação qualitativa para que haja uma compreensão sobre o nosso objecto de estudo em consonância com o paradigma interpretativista adoptado.

Desta maneira, a epistemologia faz parte da composição de paradigma de investigação porque identificamos qual tipo de conhecimento aplicaremos na nossa investigação, “conhecida como a teoria e filosofia do conhecimento” (Khatri, 2020, p.1437).

Por isso, para o nosso trabalho, Bryman (2012, p.179) indica que investigação qualitativa se associa à epistemologia interpretativista dando ênfase no ponto de vista do indivíduo como o objecto de estudo. Sendo assim, o paradigma epistemológico presente no nosso trabalho, por sua vez, é baseado na epistemologia interpretativista, acompanhada da respectiva ontologia subjectivista. Esta perspectiva implica olharmos para as motivações, as circunstâncias e as influências a que os atores estão submetidos (Porta & Keating, 2008, pp.24-25).

Por esse motivo, esta opção interpretativista deriva de uma visão subjectivista acerca da realidade e da produção do conhecimento sobre a mesma, ou seja, parte do pressuposto de que o conhecimento é informado pelas interpretações daqueles que o constituem e, por esta razão, a abordagem

qualitativa se encaixa de forma a estudar o comportamento humano (Pulla & Carter, 2018, p.13).

Podemos afirmar que o objectivo geral do interpretativismo é, tal como afirma Goldkhul (2012, p. 5), estudar a realidade subjectiva presente no nosso quotidiano e, como pesquisadores científicos, compreender, interpretar e tentar formular as próprias teorias. Assim, o interpretativismo ajudar-nos-á a entender a realidade que almejamos tratar no nosso trabalho, cujo método predominante é o qualitativo.

Apresentamos o interesse de empregar a abordagem qualitativa como preponderante na nossa investigação, pois, nos ajudará a desenvolver e a interpretar com maior profundidade o tema, nomeadamente, com análise de informações e perspectivas que nos permitirá reflectir sobre a concepção de soberania nacional defendida pelo MPLA na cooperação entre Angola e China.

As técnicas de análise dos dados qualitativos consistem no método da análise de conteúdo qualitativa de fontes primárias e secundárias, bem com análise documental que será necessário para o aprofundamento do nosso trabalho. Desta forma, as fontes secundárias dos dados qualitativos consistem na análise da literatura académica do presente tema.

Já em relação aos dados primários qualitativos, podemos afirmar que foram analisados a constituição da República, os discursos do Estado-Nação do antigo e do actual presidente da República, os pronunciamentos e os documentos referentes à acção do MPLA em Angola. Os acordos cooperativos entre Angola e a China foram igualmente investigados através do portal da Embaixada da China em Angola.

Assim, verificamos a coletânea dos feitos do presidente José Eduardo dos Santos encontrados no portal da Embaixada de Angola em Portugal tal como os discursos do José Eduardo dos Santos que conseguimos analisar através da Associação Tchiweka de Documentação. Esta Associação privada de utilidade pública nos disponibilizou os discursos do antigo presidente da República que foi fundamental para a nossa investigação.

Para além disto, o documento do Programa Geral do Governo para o Biénio 2005/2006 e o Estatuto do MPLA 2022 nos permitiu investigar mais sobre atuação do MPLA no governo angolano.

Cohen et al. (2018, p.201) abordam que existem vários instrumentos que podem ser usados como investigação documental sendo que são diversos documentos que podem ser aplicados pelos investigadores na sua pesquisa, tal como “actas de reuniões, manuais, documentos de apoio, livros, diários, periódicos, programas de eventos, cartas de memorando, relatórios organizacionais ou institucionais”, assim, podemos encontrar estes documentos em “bibliotecas, arquivos históricos e ficheiros organizacionais ou institucionais” (Bowen, 2009, pp.27-28).

Desta maneira, a análise documental deve ser tratada como qualquer outra fonte de investigação científica, mesmo que exija uma abordagem diferente das outras (Mogalakwe, 2006, p.224), uma vez que o investigador tem como objectivo interpretar e analisar os dados documentais que utiliza na pesquisa (Bowen, 2009).

Mcculloch (2004, p.41) argumenta que na análise documental, os pesquisadores têm que estar atentos às questões éticas que subjaz os dados documentais e isto varia de região para região.

Assim, fizemos uma análise documental pelo meio de relatórios de organizações internacionais e de instituições angolanas, sendo que o programa do governo do MPLA foi importante para que pudéssemos analisar de forma concreta as actividades propostas pelo MPLA.

É através da análise documental que almejamos construir a composição da nossa dissertação, examinando, investigando e interpretando os dados adquiridos dos documentos que serão reflectidos.

Por via da análise documental, faremos uma análise de conteúdo que consiste num aprofundamento da metodologia na qual permite que o pesquisador investigue os dados que não estão explícitos (Bardin, 2016, p.2) daí que faremos uma análise de conteúdo qualitativa, pois, é uma análise em que o pesquisador compreende o fenómeno social existente através dos instrumentos textuais e conceituais (Zhang & Wildemuth, 1998, p.1).

Zhang e Wildemuth (1998, p.2) informam, ainda, que na análise de conteúdo qualitativa é importante que recolhamos dados de forma rigorosa e indutiva porque são instrumentos essenciais para que o investigador desenvolva a sua pesquisa.

Para isso, recolhemos os dados numéricos e relatórios provenientes das entidades e dos órgãos oficiais de Angola como o Ministério das Finanças e o Banco Nacional de Angola através do Relatório Anual 2004 e Contas do período de 2001 a 2004 em que analisamos os dados estatísticos referentes às exportações do petróleo no período de 1998 a 2023.

Para além das entidades nacionais angolanas, empregamos os relatórios e os dados de organismos internacionais dos fluxos financeiros de Angola, como é o caso da FMI e do Banco Mundial que foram essenciais, pois, nos possibilitou entender a situação financeira e comercial de Angola no pós-guerra, por exemplo, a missão da FMI em 2002 no Estado angolano foi necessário para entendermos a visão desta instituição em relação ao sistema financeiro de Angola.

No mesmo âmbito, podemos afirmar que o The American Enterprise Institute foi importante na investigação dos investimentos da China em Angola.

Assim, compreendemos que com estes dados e relatórios existentes de fontes oriundas de órgãos angolanos e organizações internacionais foram importantes para o desenvolvimento do nosso trabalho.

IV.O Sistema Político Angolano e o papel do MPLA

Este capítulo busca compreender o sistema político angolano após a guerra civil até actualidade, investigando o papel do partido MPLA na estrutura deste sistema. Desde logo, tenciona-se apresentar as configurações presentes na governação angolana até a presente data e as dinâmicas que acompanharam o MPLA na preservação do seu poder na política em Angola.

O sistema político angolano é similar e ao mesmo tempo peculiar dos restantes sistemas de África. Este regime se assemelha aos demais, na medida em que o poder está centralizado na figura do presidente com o propósito de

coagir e censurar aqueles que divergem do regime, utilizando as forças armadas e a polícia como instrumentos de defesa do governo vigente (Chabal, 2008, pp.11-12). Desta forma, os presidentes africanos apresentam-se como os *Bigmen*, pois, estes utilizam os seus meios e os seus recursos para conseguirem aliados, importantes, para a sobrevivência dos seus regimes (Bayart, 2009).

Em contrapartida, o caso angolano é distinguível, pois envolve características de carácter histórico, social e económico da elite angolana cuja função é apoiar o presidente em todas as esferas e garantir a sua hegemonia em todo o país (Chabal, 2008, pp.11-12).

Desta maneira, o sistema político angolano é considerado como uma espécie de duplicação de estrutura de poder, pois, o líder, figura de destaque do partido, comanda toda a decisão política, transferindo todos poderes e instrumentos formais para a estrutura informal (Conceição, 2022, p.90).

Sendo assim, o sistema angolano é marcado pela actuação do presidente da República como “chefe de Estado, de governo e líder do partido maioritário”(Coutinho & Guedes, 2007, p.88), dado que, tem como objectivo assegurar a união do Estado tanto na representação interna e internacional do país (Carvalho, 2011, p.45).

No entanto, baseado nos autores expostos, podemos argumentar que o sistema político angolano é baseado na centralidade do presidente com apoio das elites económicas e políticas que o auxiliam na manutenção do poder e se beneficiam da estrutura interna que exercem no governo. Por consequência disto, segundo Schubert (2008, p.94), a política angolana é definida como uma política estabelecida e delineada por uma classe hegemónica cujo objectivo é o garante da sua permanência no poder para obtenção de privilégios e direitos na sociedade angolana.

Deste modo, o sistema político angolano é também definido pelo domínio do aparelho estatal, tendo o controlo das principais esferas da vida em sociedade -“política, civil e económica” (Vidal, 2006, p.44) em que apesar de existir o multipartidarismo, o sistema político é dominado pelo MPLA, o Partido-Estado (Martínez, 2010, p.91).

A análise do partido MPLA será importante para entendimento da

governança angolana e o papel deste no sistema político de Angola, já que se trata de um partido que está no poder desde a independência de Angola até ao presente, e uma vez que a principal liderança do maior partido de Angola é igualmente constituída pelo chefe do Estado.

4.1. O Papel do MPLA no Sistema Político Angolano

Conforme Vidal (2006, p.12), o sistema político angolano pós-independência se centralizou no partido único com objectivo de gerir a administração pública e partidária do país. Logo, a nova governação angolana se fundamentou na construção de um Estado poderoso caracterizado pelas suas forças armadas e segurança no interior da estrutura do Estado (Hodges, 2001, p.76).

Chabal (2008, p.12) argumenta que o partido MPLA é um dos pilares do sistema político angolano, por considerar que o MPLA iniciou as suas funções no final dos anos 50 e princípio dos anos 60 e ganhou prestígio nos seus embates de carácter interno e externo, sendo um partido capaz de exercer as tarefas solicitadas por se caracterizar como Partido-Estado.

Desta maneira, Oliveira (2015, pp.141-142) afirma que o termo Partido-Estado no interior do sistema MPLA é tão acentuado que não há distinção entre um e outro. Por isso, Inge Amundsen (2011, p.3) “considera fraca a separação entre o partido, o governo e o Estado”.

Neste contexto, identificamos que o partido MPLA esteve presente na gerência da estrutura do sistema político angolano, diferenciando-se como Partido-Estado. Por esta razão, Roque (2011, p.1) argumenta que o grande poder do MPLA está no controlo do aparelho estatal, demonstrando que não há uma separação clara entre o MPLA e o Estado. Schubert (2013, p.82) afirma que a não separação entre o “partido, governo e Estado” provém da consequência do partido MPLA ser o único partido na mudança pela democracia.

Assistimos a um grande poderio embutido em relação ao partido em questão, a tal ponto que não há uma distinção de poderes entre o partido, governo e o Estado.

Deste modo, conforme Vidal (2006, p.68), após o memorando de Luena

no final do conflito de 2002, a população ansiava por uma maior acessibilidade e abertura dos partidos da oposição na sociedade angolana, contudo, o partido MPLA utilizou dos seus recursos e domínio perante as estruturas estatais para limitar os partidos da esfera política.

Porém, Pearce (2017, p.268) argumenta que a oposição política “tem continuado a pôr em causa não só o que entendem como os fracassos políticos do MPLA, mas também as reivindicações implícitas do partido à condição de único representante do povo angolano”.

No discurso pronunciado pelo antigo presidente da UNITA, podemos analisar o descontentamento do partido da oposição quando este refere que:

Partidos políticos em Angola não se situam no mesmo nível. Quando se diz “partidos políticos”, amiúde exclui-se o partido dominante, porque pretende-se que ele continue a confundir-se com o Estado que, por definição, deve colocar-se acima dos partidos e a todos tratar de igual forma. (Samakuva, 2018, p.11)

Por aqui, podemos compreender a ausência da divisão entre o partido e o Estado, pois o partido MPLA controlava e ainda controla todo o funcionamento e atividade estatal, a tal ponto que controla todos os processos da fase eleitoral angolana, isto é, a CNE, os media e a sociedade civil, não os deixando agir de forma individual (Schubert, 2013, pp.82-83).

João (2020, p.81) destaca que as campanhas eleitorais realizadas em 2008, 2012 e 2017 tiveram irregularidades nos meios da comunicação social, engrandecendo a figura do presidente do MPLA e associando o partido da UNITA com imagens de guerra e morte. Todavia, no discurso do antigo presidente da República, vemos uma mensagem distinta em relação ao poder do MPLA, no qual, afirma que:

O MPLA nos dias de hoje já não se afirma como Partido de vanguarda, no sentido de ter a veleidade de comandar e impor os seus conceitos políticos a toda sociedade angolana. Mas o MPLA existe no sistema pluripartidário angolano em pé de igualdade com os outros partidos políticos que disputam também a conquista e o exercício do poder. Ele não deixa de ter, no entanto, uma função política de orientação e, neste sentido, é um produtor de estratégias nacionais que procura gerir de forma diferenciada num contexto concorrencial democrático, a fim de manter a sua identidade política, ideológica e programática. (Santos, 2004, pp.232-233)

Desta maneira, antigo presidente do partido da oposição reflectiu que:

O contributo do partido dominante é fundamental e distinto dos demais. Só ele pode contribuir para a manutenção e preservação da cultura da paz, porque só ele perigou e periga a paz através da captura do Estado para fins privados. Só ele pode, e deve, promover a despartidarização do Estado. (Samakuva, 2018, p.11)

Sendo assim, observamos o controlo do MPLA na administração estatal para que se estabelecesse na governação até à presente data, limitando, como observamos acima, os seus adversários na esfera política, uma vez que a UNITA aprova que tem de se retirar a influência do MPLA na estrutura do Estado, mesmo este não concordando que exerce um grande controlo no Estado angolano.

Vines et al. (2005, p.22) no artigo *Angola - Condutores da mudança: uma visão geral* ressaltam o controlo que o MPLA tem sobre as comunicações estatais tal como a economia angolana. Os autores ainda argumentam que o MPLA usa este enorme poder, intimidando os seus adversários políticos, ameaçando-os e influenciando-os para o alcance dos seus objectivos, constituindo um grande empecilho para a oposição, posto que necessitam do financiamento estatal.

Por conseguinte, Margoso (s.d., p.4) afirma que os meios de comunicação em Angola nas eleições de 2012 funcionavam apenas a serviço de um só partido, pelo que, as comunicações sociais intimidavam a oposição em defesa do MPLA.

Assim, de acordo com o nº1 do artigo 40º da constituição angolana

Todos têm direito de exprimir, divulgar e compartilhar livremente os seus pensamentos, as suas ideias e opiniões, pela palavra, imagem ou qualquer outro meio, bem como direito e a liberdade de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações. (República de Angola, 2010, p.18)

Tal como o nº3 do artigo 44º da constituição angolana (República de Angola, 2010, p.19), “o Estado assegura a existência e o funcionamento independente e qualitativamente competitivo de um serviço público de rádio e de televisão”. Assim, os artigos da constituição demonstram aquilo que deve ser seguido pelas entidades e atores políticos, contudo, não é isto que acontece

na realidade política de Angola.

Na verdade, podemos analisar que na teoria os órgãos estatais são independentes, mas quem comanda tudo é o partido MPLA, revelando uma incompatibilidade entre a constituição e a realidade angolana.

De facto, o soberano utiliza a lei como o seu agente para continuação do poder (Foucault, 2006, p.254), não respeitando as regras do direito que são fundamentais para a sua repartição política (Foucault, 2005, p.31), por isso que, ao invés, da noção de soberania ser uma união entre a “ cidade, a nação e o Estado” ela é um dispositivo de poder que manda, ordena, logo, a lei se torna um triunfo para uns e submissão para os outros (Foucault, 2005, pp.80-81).

Por conseguinte, por mais que haja direitos na lei angolana, neste caso, na constituição angolana, os poderes do MPLA prevalecem, pois, o MPLA transformou os direitos dos cidadãos o seu triunfo que o permite comandar todo o aparelho estatal, por esta razão, observamos que no discurso proclamado pelo presidente José Eduardo dos Santos (2004):

O MPLA continua manter de forma coerente no novo projecto de Programa, a ser submetido à apreciação dos delegados, a defesa desses grandes desígnios nacionais e afirma-se como um instrumento indispensável para uma melhor configuração e dinamização da vida nacional em todos os níveis. Atentos aos ventos novos e à necessidade de adoptar, num processo simultaneamente de continuidade e de permanente renovação, novas formas organizativas e novos métodos de trabalho. (p.236)

Posto isto, podemos compreender que a designação dada por muitos autores, o MPLA definido como Partido-Estado é oriunda da sua capacidade de se apoderar dos recursos naturais sendo que o mesmo beneficiou da transição democrática para impregnar o seu poder político com o propósito de aumentar o seu poderio na configuração estatal, restringindo os seus concorrentes no espaço político. Por causa disto, Messiant (2008, p.111) afirma que o partido MPLA detém o controlo total de todos os serviços públicos das regiões de Angola.

Para além disto, Schubert (2013, p.82) afirma que a não separação clara entre o partido e o Estado na sociedade angolana, afecta as actividades diárias realizadas pela sociedade civil, pois, há um aumento da partidarização, na

medida em que é difícil separar a máquina estatal do partido, sendo que isto impede abertura do espaço político aos partidos e a sociedade civil (Orre, 2009, p.152).

Desta maneira, Pestana (2020, p.14) afirma que no sistema do Partido-Estado, a sociedade civil tinha que estar ligada e tinha que transmitir informações empregadas pelo Partido- Estado.

Assim, compreendemos que o Partido-Estado, MPLA, acentua a criação de grupo dos privilegiados, aqueles que beneficiam daquele que está no poder, e dos excluídos, demonstrando que há uma discrepância entre estes, comprovando o domínio do MPLA na esfera social e política do país (Miranda & Domingos, 2021, p.11).

Na verdade, “o centro de todas as decisões importantes da sociedade e do Estado estava localizado no partido no poder”, ou seja, o MPLA que comandava tanto o Estado como o governo e a estrutura política-económica do país (Vidal, 2007, p.18).

Deste modo, observamos, em harmonia com a literatura, que o MPLA exerce um poderio hegemónico diante do governo de Angola, controlando toda a administração estatal sem qualquer intervenção, podendo actuar em qualquer sector angolano. E é por este motivo que a “concentração do poder político, centralização administrativa e “ elitismo no acesso aos recursos do Estado” centrou-se na figura dos presidentes, isto é, Agostinho Neto e se acentuou na administração de Eduardo dos Santos (Vidal, 2006, p.53).

Isto se sucedeu, pois, Sousa (2014, p.5) confirma que o Estado angolano, foi dominado por um sistema político, de 1975 a 1991, baseado em um regime de partido único, dificultando o acesso dos intervenientes políticos à esfera pública do país, já que, o MPLA acreditava que o regime do partido único seria a única solução para Angola no pós-independência (Gaspar, 2021, p.12).

Assim, entendemos que o MPLA tem enraizado a cultura do partido único, sendo que “desde 1975 o MPLA acabou se tornando um partido, um Estado e um governo, uma vez que não há uma separação entre o partido e o Estado” (Gaspar, 2021, p.15).

O partido permaneceu no poder no pós-conflito, empregando todos os meios para defender a paz em Angola, apresentando-se como o único partido que restaurou a paz no seu território com objectivo de manter a sua hegemonia para que continuasse a governar as gerações futuras, mudando a estrutura, organização política e económica ao favor do seu status quo (Oliveira, 2011, p.292).

Desde já, assistimos o empenho e a dedicação que o MPLA desenvolveu no regime político angolano, se beneficiando do seu contexto político para permanecer no poder, gerando um ambiente favorável para continuação da sua política.

Com o fim do conflito interno, o MPLA, tinha a legitimidade de defender a sua nação contra as agressões e contra tudo aquilo que impedisse o progresso de Angola, tornando-o um partido preponderante no regime angolano.

Por isso, estamos diante de um Partido-Estado que tem um envolvimento histórico no pós-independência e na guerra civil, exercendo uma grande influência na administração interna do sistema político de Angola, mitigando as possibilidades de outros participarem de forma igualitária no regime angolano.

Actualmente, João Lourenço é o presidente da República e do partido angolano, chegando ao poder em 26 de Setembro de 2017, sucedendo a governação de José Eduardo dos Santos, considerada “patrimonial” (Benguela, 2020, p.60).

Entretanto, antes de ser o presidente do partido, Almeida e Satula (2018, p.1) afirmam que a presidência e o partido não estavam sob comando de um mesmo líder, chamando-se, assim, o “poder bicéfalo”, pois, a presidência do partido ainda continuava sob o poder de José Eduardo dos Santos.

Por causa disto, só em 2018 João Lourenço conseguiu ganhar as eleições se tornando o presidente de partido sem interferência de possíveis candidatos (Almeida, 2019, p.1).

Desta maneira, com a chegada de João Lourenço ao poder em Angola, criaram-se expectativas de como seria a sua governação, pois, se divulgava a

possibilidade de transformar a política angolana, tendo vista a situação do país (Benguela, 2020, p.65).

A governação de João Lourenço é caracterizada por rupturas e continuidades em relação ao seu antecessor, pelo que, a ruptura está relacionada com a sua política de exoneração desde o sector militar ao petrolífero, sendo aclamado pela população, tendo em conta o afastamento da família dos Santos nos cargos públicos (Almeida, 2019, p.1).

E a continuidade se direcciona na relação de João Lourenço com anteriores dirigentes do antigo presidente que estão ligados à má administração do governo (Almeida, 2019, p.1).

Benguela (2020, p.77) afirma que a mensagem política de João Lourenço está centrada nas reformas políticas, económicas e sociais do Estado angolano, “no combate à corrupção, a impunidade e o nepotismo” com o objectivo de recuperar recursos públicos.

Contudo, a autora ainda afirma que, apesar desta postura assertiva de João Lourenço, vemos um presidente que assegura a soberania do partido em relação aos governantes que estão ao seu favor, tal como aconteceu com o seu antecessor, sendo o mandato de João Lourenço caracterizado por crise económica e desempregos, reafirmando que os privilégios e o favorecimento do governo continuam assente com João Lourenço com a vontade do mesmo permanecer no poder e preservar a soberania do seu partido (Hobbes, 2003).

Assim, o MPLA, logo na primeira página do programa de Governo de 2022-2027, apresenta exemplos de conflitos e guerras contra à agressão de países estrangeiros e forças internas para a defesa da integridade territorial do país na preservação da soberania nacional (Programa de Governo MPLA, 2022, p.4), confirmando a salvaguarda da soberania angolana pelo MPLA.

Tal como este programa, analisamos a protecção da soberania angolana pelo MPLA, quando o actual presidente de Angola discursa que existem forças externas e internas a desacreditarem da justiça angolana e do próprio Estado angolano, mesmo este dando exemplos de condenados e arguidos, no que se refere ao combate contra à corrupção do país (Lourenço, 2021, p.3).

A salvaguarda da soberania também está assente no discurso do

presidente em relação ao Estado da Nação, na medida em que transmite:

Estamos convencidos que para além da promoção do diálogo, da diplomacia e da interacção democrática, é igualmente necessário o exercício de prevenção de situações de instabilidade da ordem institucional e da soberania nacional, cuja missão é executada pelos Órgãos de Defesa e Segurança Nacional. (Lourenço, 2021)

Além do mais, o presidente angolano argumenta que as Forças Armadas angolanas, a Polícia Nacional e os Serviços de Inteligência desempenham um papel importante na defesa da paz e da soberania nacional (Lourenço, 2021).

Sendo assim, observamos o papel e a importância da soberania do país para os presidentes angolanos, pois, nada poderia pôr em causa a salvaguarda da soberania nacional. Por isso um dos objectivos do MPLA consiste em “preservar a independência nacional, a integridade territorial e a soberania nacional”(Estatuto do MPLA, 2022, p.12), visto que os militantes do MPLA têm o dever de cooperar na salvaguarda da defesa da soberania nacional e da integridade territorial cumprindo activamente com os deveres patrióticos (Estatuto do MPLA, 2022, p.22).

Neste sentido, Almeida e Satula (2018) afirmam que o MPLA é um partido dominante, com uma estreita simbiose entre partido e o Estado cujo presidente tem poderes reforçados que o permite dominar todo o programa do governo e toda administração estatal.

Com as informações obtidas em relação ao actual presidente, podemos notar, que há claramente uma continuidade da soberania explícita dentro do partido MPLA.

Por isso que Foucault (2008, p.408) esclarece que o poder soberano não deve continuar no poder em razão da renúncia de direitos dos indivíduos, pois, a soberania não é um pacto de sujeição.

Foucault (2006, p.453) não concordava na razão pela qual a soberania embutida no poder soberano exercia um grande poder sobre os outros, obtendo o “domínio de si e dos outros”, na medida em que todos tinham que fazer a vontade do soberano, sendo uma obrigação que todos tinham que ter em relação ao poder público (Foucault, 2008, p.232).

De maneira oposta, Hobbes (2003, pp.150-151) enfatiza que por mais

que haja outro governante no poder, esta soberania estará sempre marcada pela sujeição dos cidadãos naquele que é o soberano, logo, o pacto da soberania seria obrigatória, pois, está comprometida com os cargos públicos tendo a capacidade de “obrigar, dominar, constranger ou proteger” toda a população, obtendo o privilégio e o poder para o controlo estatal.

Analizamos que histórica e actualmente, o partido MPLA é o elemento fulcral do sistema político angolano, no qual o papel de José Eduardo dos Santos foi importante e essencial para sua história. Não é em vão, como vimos acima, que este presidente não se quisesse desvincular do poder partidário, mesmo com João Lourenço sendo considerado o actual presidente de Angola.

Assim, é importante analisar as políticas governativas de José Eduardo dos Santos para que possamos compreender o funcionamento do partido MPLA.

4.2. A importância da governação de José Eduardo dos Santos

Na análise deste capítulo, consideramos fundamental a apresentação de uma seção que aborde a governação de José Eduardo dos Santos no sistema político angolano, visto que esteve presente no período do pós-guerra civil, contribuindo para a formação do que consideramos hoje a política angolana.

Segundo Bach (2012, p.221), o neopatrimonialismo refere-se ao poder centralizado na figura do líder, sendo que este pratica o nepotismo, o clientelismo tendo o objectivo de enfraquecer as estruturas do Estado.

Sendo assim, depois da proclamação da paz, o arquitecto, José Eduardo dos Santos teve um papel fundamental e marcante na sua liderança (Neto, 2008, p.21), daí que este presidente seja importante, pois, a constituição angolana no nº1 do artigo 109º enuncia que :

É eleito presidente da república e chefe de executivo o cabeça de lista, pelo círculo nacional, do partido político ou coligação de partidos políticos mais votados no quadro das eleições gerais, realizadas ao abrigo do artigo 143º e seguintes da presente constituição. (República de Angola, 2010, p.40)

Podemos observar que durante muito tempo, o presidente Eduardo dos Santos foi o chefe do partido político MPLA e simultaneamente o presidente da República, contribuindo para que a administração de Eduardo dos Santos se

caracterizasse pelo aumento excessivo da corrupção e do mercado ilícito no interior da estrutura partidária-estadual (Vidal, 2006, p.62). Isto explica a demora de José Eduardo dos Santos em se retirar do cargo de presidente político do MPLA com a entrada de João Lourenço.

Quando José Eduardo dos Santos chega ao poder em 1979, o partido MPLA já era considerado um partido com forte tendência autoritária e controladora, porém, com a era dos Santos há uma maior centralização de concentração de poderes na esfera política, legislativa e económica, tendo ele o poder de fiscalizar e anular os atos executivos e legislativos (Vines et al., 2005, pp.19-20).

Por isso, José Eduardo dos Santos tinha o “objectivo vencer as eleições eleitorais legislativas e presidenciais à nível nacional, tendo a capacidade de governar e realizar as promessas eleitorais” (Santos, 2004, p.235).

Oliveira (2015, p.208), argumenta que após 2002 as elites políticas beneficiaram-se do poder estatal, das relações familiares e de amizade para conquista de melhores oportunidades de vida, uma vez que, o filho do presidente Eduardo dos Santos conseguiu a chefia do fundo soberano do país, gerando algumas indagações quanto ao caso (Arinze-Umobi & Ihedirionye 2021, p.125).

Arinze-Umobi e Ihedirionye (2021) expõem que a governação do presidente Eduardo dos Santos em relação ao fundo soberano foi marcada pelo nepotismo e com estreito relacionamento com o seu partido político.

Deste modo, Fonseca (2017, p.373) demonstra no seu artigo, o poder da família dos Santos quando aborda que a família dirigia a maior companhia de fornecimento de serviços de “internet, telefone e televisão”, podendo policiar e controlar os meios de comunicação de Angola, pelo que, Fernandes (2015, p.115) conclui que os membros da família dos Santos detinham cargos políticos e sociais dentro da estrutura interna do Estado, exibindo muita das vezes a sua riqueza.

Marques (2011, p.33) aborda o nepotismo escancarado entre Isabel dos Santos e José Eduardo dos Santos, na inserção da sua filha na Ascorp empresa responsável pelo monopólio e controlo de compra de diamantes. O mesmo

aconteceu a entrega da Sonangol à administração de Isabel dos Santos, associando a gerência da empresa em suas actividades pessoais (Fernandes, 2015, p.87).

Por aqui, diante destes exemplos, podemos reflectir que a governação dos Santos favorece aqueles que apoiam a sua política interna tal como acontece nos benefícios dados pela sua família.

Assim, Amundsen (2011, p.2) descreve que administração dos Santos era centralizada na sua figura, pois, para além da presidência da república e do partido, o mesmo tinha o poder de nomear ou de demitir os ministros bem como “o procurador-geral, o presidente do banco central, do Tribunal Constitucional, do Tribunal Supremo, do Tribunal de Contas, gerais e comandantes das forças Armadas e da polícia e todos os governadores provinciais”.

Hodges (2001, p.261) compreende da mesma forma quando argumenta no seu livro *Angola: Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo selvagem* que o presidente José Eduardo dos Santos, aquele que está a um bom tempo no poder, tem o poder de eleger e nomear os funcionários do sector público, os quais actuam consoante as suas ordens, pelo que são eximidos de qualquer responsabilidade política.

Tudo isto está previsto no artigo 119º (República de Angola, 2010) da constituição angolana onde conseguimos comprovar as capacidades ilimitadas do antigo presidente José Eduardo dos Santos.

Desta forma, a constituição angolana no artigo 175º aborda que “No exercício da função jurisdicional, os tribunais são independentes e imparciais, estando apenas sujeitos à constituição e a lei”(República de Angola, 2010, p.68), porém, mais uma vez não há concordância com a realidade angolana, porquanto, o presidente de Angola comanda todos os poderes para continuar a sua governação.

Desta maneira, como caracteriza Conceição (2022, p.89), José Eduardo dos Santos foi o presidente que permaneceu 38 anos no poder -1979 a 2017, conseguindo manipular e controlar o partido no poder, sem separar o Estado do partido, tendo permanecido no poder com o crescimento económico

(Amundsen, 2011, p.2).

Por isso, Vidal (2006, p.62) afirma que o presidente dos Santos e os governantes do partido detinham o controlo do jogo político angolano.

Aqui, temos a descrição de um presidente que controla todos os aspectos quotidiano da coisa pública, como vimos acima, pois, a administração de José Eduardo dos Santos é representada pela sua figura centralizadora, utilizando as benesses para a sobrevivência do seu regime.

Por isso que o partido MPLA demorou seis anos para realizar as segundas eleições em 2008, pois, o mesmo estava a ganhar tempo para controlar o território angolano, conseguindo a maioria dos votos em relação aos seus adversários (Amundsen, 2011, p.2).

Desta maneira, o partido MPLA nas eleições de 2008 conseguiu perpetuar mensagens de violência, medo e terror à população, caso este perdesse as eleições, declarando uma possível perda de projectos em infraestruturas em Angola, deixando os angolanos preocupados com a possibilidade de recuar ao passado em relação ao conflito (Amundsen, 2011, p.4).

Assim, conforme Fonseca (2017, p.371), os angolanos passaram muito tempo tendo a figura de José Eduardo dos Santos como presidente no poder, constituindo uma conjuntura destrutiva para o espaço social, económico, cultural e político.

Posto isto, podemos afirmar que depois da guerra civil, o povo angolano almejava por melhores condições de vida e uma oposição confiável, tendo, assim, a possibilidade de apagar a desordem, o medo e a violência que estiveram presentes no conflito civil (Hodges, 2001, p.267), a razão pela qual, depois da guerra civil, os angolanos depositaram a sua confiança ao partido MPLA, tendo este conseguido afastar os outros partidos das eleições de 2008 (Schubert, 2012, p.119).

No discurso da tomada de posse do Comando-Geral da Polícia Nacional, José Eduardo dos Santos (2004) afirmou que :

Com esta cerimónia, cessa a acumulação de funções do Ministro do Interior e a Polícia Nacional fica dotada de um novo Comando-Geral, normalizando-se assim o seu funcionamento nos termos da Lei

Constitucional, que determina que os órgãos do Estado, cuja missão é assegurar a Defesa e Segurança Nacional, deve ter carácter apartidário, subordinando-se apenas ao poder político legítimo. (p.111)

Pelas informações obtidas, podemos observar que foi a partir do aparelho de defesa e de segurança do Estado que o presidente Eduardo dos Santos conseguiu o controlo das instituições públicas de Angola para benefício pessoal e partidário.

Neste sentido, com fim da guerra civil e com o entendimento entre as partes beligerantes, a população angolana esperava uma maior abertura das sociedades civis e da oposição, contudo, a realidade é oposta, com o domínio do MPLA à entidade estatal e a restrição de acesso às organizações nacionais e de outros partidos da vida social e pública de Angola (Vidal, 2006, p.245).

Nas suas mensagens dirigidas ao povo, MPLA intitula-se como “partido do povo, uma vez que não tem como distinguir o que é o Estado e o que é o MPLA (Maussion, 2020, p.104), na medida em que (Maussion, 2020; Vidal, 2006; Vines et al., 2005) compreendem que as bandeiras do partido MPLA e do Estado são idênticas de maneira que este possa instituir na mentalidade angolana que o MPLA “é a guardiã do povo, do bem público e dos valores da sociedade”, tendo dificuldade de aceitar qualquer derrota ou qualquer perda do seu poder em relação aos outros partidos (Vines et al., 2005, p.22).

Desta forma, Messiant (2001, p.292) argumenta que o domínio do MPLA quanto ao poder é resultado do acesso ilimitado das reservas petrolíferas, na medida em que, “os fundos públicos são desavergonhadamente gastos pelo presidente para defender o seu partido (Maussion, 2020, p.104).

Andrade (2012, p.3) compreende que Angola depende ainda do petróleo para sobrevivência económica, porém, o petróleo é muito mais vantajoso no panorama político em relação ao económico (Ferreira, 2005, p.84), constituindo uma componente negativa.

Na verdade, tudo isto que acabamos de analisar nesta secção demonstra o quanto o aparelho partidário – MPLA e o Estado não se separam, constituindo uma só coisa na sociedade angolana.

As vantagens expostas nesta secção em relação ao partido no poder são

gigantescas, demonstrando o quanto é difícil dismantelar o MPLA no poder, pois, envolvem características sociais, económicas e políticas porque o sistema partidário está enraizado no aparelho estatal angolano.

Veremos no próximo capítulo, as políticas nacionais introduzidas pelo MPLA para reconstrução de Angola no pós-conflito, pois, o petróleo foi essencial para sobrevivência do partido dentro da organização estatal.

IV. Relações cooperativas entre Angola e China

5.1. Contextos e Motivações

Este capítulo investiga a presença da República Popular da China no continente africano e a sua relação com o Estado angolano. Deste modo, apresentaremos as particularidades do relacionamento entre ambos os Estados.

Alden (2012, p.23) compreende que há um crescimento da presença chinesa no continente africano, garantindo novos financiamentos e desenvolvimentos numa economia assente em recursos naturais, contribuindo

para o aceleramento da economia global.

Desta maneira, podemos afirmar que, a China ampliou a sua actuação nas áreas económicas e comerciais em regiões nas quais a sua presença não era constante, competindo com os Estados Unidos e os europeus no que se refere aos mercados em desenvolvimento (Alves, 2007, p.58), acentuando a sua ligação com a Angola em função do petróleo que é o elemento indispensável para o desenvolvimento energético da China (Junior, 2018, p.81).

Os Estados africanos procuravam alternativas ao modelo Ocidental, pelo que a China aproveitou bem a sua oportunidade no contexto africano, em virtude da grande concentração de recursos energéticos e naturais em África, assistindo às principais carências nas áreas económicas e de infra-estrutura. Isto fomentou o desejo da China em investir neste continente, sendo o ponto central para a sua política interna e externa (Junior, 2018, p.88).

É em função disto que Grovogui (2001) faz uma grande crítica ao eurocentrismo, pois, os europeus aplicavam as suas regras consideradas “universais” ao continente africano sem analisar as singularidades deste povo.

Aqui, observamos o aparecimento e o aumento de influência da China no continente africano, em consequência dos recursos naturais existentes neste continente, de maneira que compete com as potências tradicionais para obtenção dos recursos energéticos.

Segundo Mendes (2010, p.42), a política chinesa em África e na América Latina está baseada nos princípios de igualdade e defesa pela soberania nacional, pois, a China não impõe aos seus parceiros o cumprimento de normas em relação à boa governação e aos direitos humanos, ao contrário, das instituições financeiras ocidentais que exigem tais regulamentos, tendo o objectivo de transformar o continente africano no sistema de soberania europeia na intenção de solucionar os problemas existentes em África (Grovogui, 2002, p.317).

Pela nossa compreensão, a China se diferencia dos países ocidentais com uma política distinta daquela proposta pelo Ocidente, atraindo os Estados africanos para a sua área de influência económica e financeira sem exigências de condições políticas nas suas estruturas internas, permitindo, assim, que os

Estados africanos agissem e actuassem de acordo com a sua própria estrutura de soberania (Grovgui, 2002).

Para além dos princípios de “igualdade, solidariedade e benefício mútuo” que aproximavam o Estado Chinês com o continente africano, podemos dizer, que ambos compartilhavam de um mesmo passado em relação a luta pela soberania nacional, por isso que Pequim almejava retratar uma nova história com o continente africano baseada em benefícios comuns e a não interferência da soberania africana (Pereira, 2020, p.14). Isto possibilitou na criação de laços entre o Estado chinês e o angolano, tendo o desenvolvimento entre países como ênfase para a cooperação sul-sul (Amado Mendes & Tian 2020, p.61).

Desta forma, compreendemos que a estratégia chinesa em relação a África começou a ser planeada desde o século XX, após o desenvolvimento da República Popular da China, cujo objectivo era o estabelecimento de um relacionamento benéfico com os possíveis líderes africanos que dirigiam os movimentos de libertação, apoiando a sua luta pela independência (Pereira, 2020, p.13).

Alden (2010, p.21) argumenta que a China apoiava as guerras civis e os combates pela independência, na medida em que a mesma esteve envolvida na luta pela independência de Angola que se iniciou em 1961 (Fernandes, 2012, p.68).

Assim, a luta angolana foi composta por três maiores grupos: MPLA, a UNITA e a FNLA (Amado Mendes & Tian, 2020, p.59), pelo que, no período da independência de Angola, a China alinhou-se à FNLA e à UNITA enquanto a União Soviética apoiou o MPLA, contudo, a ligação do MPLA à União Soviética não dificultou o assentamento de relações diplomáticas com a China em 1983 (Ferreira, 2008, pp.296-297). Por isso, Sousa (2013, p.2) aponta que embora houvesse uma abertura diplomática entre Angola e China em 1983, a cooperação entre as duas fortificou-se com o “fim da guerra civil e com o estabelecimento da paz, em Abril de 2002”.

Reparamos que há uma ligação histórica estabelecida entre Angola e China, por isso não é difícil analisar a decisão que o Estado angolano obteve

em se aproximar da China como uma parceira capaz de apoiar as suas deficiências e respeitar os seus princípios soberanos, pois, ambos os Estados já foram colónias, tendo isto em comum na sua ruptura com o modernismo e colonialismo europeu (Grovgui, 2001).

5.2. As políticas nacionais de reconstrução em Angola no pós-guerra civil e o papel da República Popular da China

Desde já, sabemos que Angola no pós-guerra civil necessitava de apostar todos os seus investimentos na sua reconstrução. Para isso, MPLA tinha de focalizar o seu poder em programas de infra-estrutura para reedificar e reorganizar o Estado angolano.

Sendo assim, o antigo presidente de Angola afirmava que:

A atitude de tolerância e o espírito de reconciliação adoptados pelo povo angolano jogaram um papel decisivo e devem permanecer nas fases seguintes do Processo de Paz, para que iniciemos a reconstrução nacional e criemos as condições para a completa normalização da vida nacional. (Santos, 2004, p.95)

Desta forma, a discussão central no seio do MPLA era dedicada aos assuntos de infra-estrutura e de construção, apelando aos novos atores como a China na obtenção de empréstimos, tendo como base económica a produção petrolífera (Vidal, 2006, p.30), uma vez que José Eduardo (2004) declarava que :

Teremos de cuidar simultaneamente da reconstrução física do país, dos traumas causados pela guerra e do aprimoramento do funcionamento das instituições democráticas. São as infra-estruturas de transportes, comunicações e energia que precisam de ser reabilitadas em todos os quadrantes. Cidades, municípios, aldeias e povoações que carecem de recuperação e de modernização. (p.93)

Deste modo, a prioridade em relação às construções intensificaram em Luanda e no sul de Huíla, pois, o propósito era o alargamento e a inserção de regiões para o desenvolvimento de projectos de construção (Pereira, 2011, p.189).

Porquanto, as prioridades existentes no governo angolano mudaram completamente a história da comunidade Ocidental em relação às instituições africanas e a região do continente africano, deslegitimando o colonialismo no que se refere ao desenvolvimento do próprio continente em relação às suas

próprias práticas de soberania (Grovgui, 2006, p.238).

Desta maneira, Soreide et al. (2019, p.11) afirmam que “entre o início de 2002 e 2011, o governo angolano investiu cerca de USD 54,4 bilhões em novas infra-estruturas, hospitais, escolas e outros projectos públicos de construção (5,5 bilhões por ano)”.

Sendo assim, analisamos que o MPLA investiu em grandes obras para reconstrução do país, tendo como prioridade a reconstrução do Estado angolano.

Por este motivo,

governo angolano contratou a China Harbour Engineering Company (CHEC) e a Sinohydro Corporation, proprietária da primeira, para construir projectos de desenvolvimento de infraestruturas integradas da cidade de Sumbe, capital da província de Cuanza Sul, para melhorar o saneamento básico e malha urbana da cidade. O acordo foi avaliado em US\$ 459 milhões. (Xinhua, 2017)

Desta maneira, as tabelas abaixo representam o investimento chinês em Angola e de como este Estado financiou alguns projectos para reconstrução angolana.

Tabela 1

Investimento da China em Angola

Ano	Mês	Investidor	Sector	Montante em
-----	-----	------------	--------	----------------

				Milhões
2006	Maio	China Petroleum and Chemical (Sinopec)	Energia	740 M
2011	Junho	Dreal	Imobiliário	1190 M
2011	Agosto	China Petroleum and Chemical (Sinopec)	Energia	980 M
2013	Junho	China Petroleum and Chemical (Sinopec)	Energia	1520 M
2013	Setembro	Dreal	Imobiliário	600 M

Fonte: The American Enterprise Institute and The Heritage Foudation

Tabela 2

*Projectos de Infra-estrutura financiada pela China nas províncias de
Angola*

Províncias	Empresa	Projectos de Infra-	Financiamento
------------	---------	---------------------	---------------

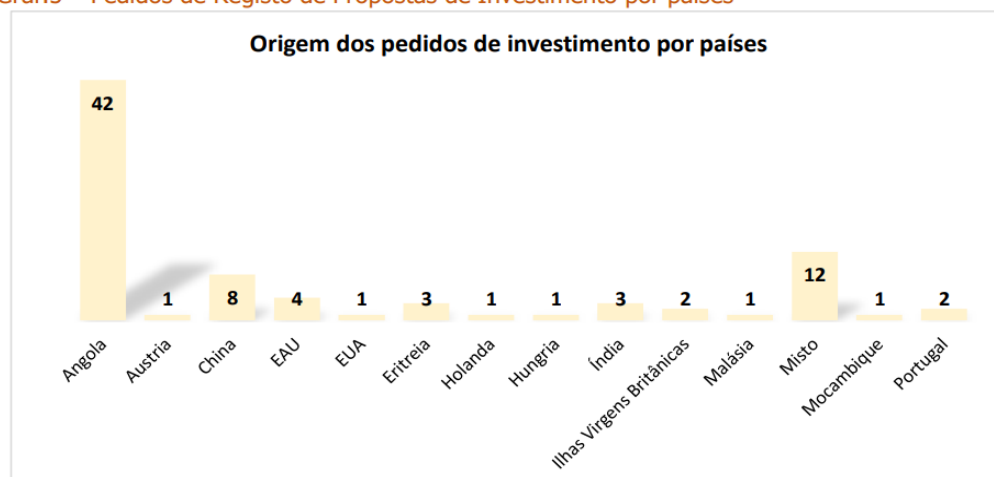
de Angola	Construtora	estrutura	
Bengo	SINDHYORD CORPARATION LTD	Construção da rede de drenagem de águas residuais, estação de bombagem de esgotos na ETAR de Caxito e sistema de drenagem de águas pluviais	USD 30.983.381,63
Kuando Kubango	SINDHYORD CORPARATION LTD	Construção do sistema de Abastecimento de água em Menongue	USD 45.726.857,84
Kuanza Norte	SINDHYORD CORPARATION LTD	Construção da Rede de Captação, Tratamento e Distribuição de água nas localidades do Zenza do Itombe, Ngonguembo, Samba-Lucala Cerca, Bolongongo(Terreiro, Kikemba),Dange-Ya-Menha	USD 45.000.000.00
Lunda Norte	CHINA NATIONAL MACHINERY INDUSTRY CORPORATION	Construção do Hospital Materno Infantil no Dundo	USD 28.875.017,21
Lunda Sul	SINDHYO	Construção da	USD

	RD CORPARATION LTD	Maternidade na Província da Lunda-Sul	20.000.000,00
Malange	CHINA NATIONAL MACHINERY& EQUIPAMENT IMPORT & EXPORT CORPORATION (CMEC) / TRANSTECH ENGINEERING CORPORATION (TEC)	Construção e apetrechamento de um Hospital no Município de KiwabaNzogi e Centros Médicos nas localidades de Maxinde, Cahala, Canâmbua e Sagrado Coração de Jesus.	USD 42.606.329,24
Moxico	SINDHYORD CORPARATION LTD	Construção, Reabilitação, Ampliação e Apetrechamento da Maternidade Provincial de Moxico	USD 20.000.000.00
	SINDHYORD CORPARATION LTD	Construção do Sistema de Captação de água e a Reabilitação e Expansão da Rede de Distribuição de	USD 40.000.000.00

		água na Cidade de Luena	
Zaire	CHINA ROAD AND BRIDGE CORPORATION (CRBC)	Construção de um Hospital na Cidade do M'Banza Congo	USD 42.384.549.00

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados fornecidos pelo Ministério das Finanças, 2012.

Graf.5 – Pedidos de Registo de Propostas de Investimento por países



Fonte: ipex, 2018.

Compreendemos, pelos dados acima, a relação do Estado chinês com o Estado angolano, na medida em que, analisamos pela tabela 1 e 2 os financiamentos da China para os projectos de reconstrução em Angola.

Neste sentido, observamos, a quantidade de projectos e de financiamentos realizados pela China no território angolano, daí que, na última figura, é de esperar que a maior parte da origem dos pedidos para investir em Angola seja da China, por consequência do colonialismo e da superioridade explícita dos europeus em relação ao melhor modelo e método de governo (Grovoqui, 2006, p.26).

Para além disto, de acordo com Corkin (2012, p.54), os projectos de

reconstrução foram importantes na projecção da imagem do partido tanto no plano interno como externo, uma vez que, as obras realizadas foram apresentadas como propagandas para as eleições do MPLA em 2008, apresentando a falta da limitação ente o partido e as instituições estatais.

Desta forma, a reconstrução do país com execuções de projectos de infra-estrutura foi um marco importante não só para o próprio Estado angolano, mas para a preservação do MPLA enquanto partido dominante em Angola, revelando mais uma vez, o poder do MPLA no sistema político angolano.

No período pós-conflito, o governo angolano reconheceu a importância de desenvolver um programa com o propósito de recuperar, modernizar e edificar o Estado angolano, assim, este programa nacional de restabelecimento e construção tinha como principais desafios à reconstrução de “redes de estradas, ferrovias, portos e aeroportos”, tal como, aplicação de “sistemas de produção e distribuição de água e electricidade” e por fim a reabilitação de “canais de irrigação agrícola”(Soreide et al., 2019, pp.20-21).

Deste modo, este programa de reconstrução em 2002 tinha como objectivo recuperar e restituir o sistema de serviços públicos e básicos para a população angolana, incluindo o acesso de uma parte da população que tinha abandonado o país por causa da guerra, porquanto, em 2004, o programa de restituição e reconstrução pós conflito foi necessário na medida em que o governo realizou campanhas na promoção do bem-estar social das comunidades angolanas (s.n., 2017, p.26).

Os programas realizados pelo MPLA deram ruptura de que os africanos precisam do modelo Ocidental para se desenvolverem (Grovogui, 2001, p.443), uma vez que o antigo Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos (2004, p.97) argumentava que em 2004 já “começavam a ser recuperadas as infraestruturas destruídas durante a guerra e que milhares de pessoas deslocadas já regressaram às suas áreas de origem”, possibilitando a actuação do Estado.

Por isso, de 2004 até 2006 houve a criação de projectos de âmbito habitacional, pois, não havia política nacional que retratasse esta matéria, logo, foram implementados projectos de natureza centralizada, onerosa e de pequena

proporção para suprir a carência habitacional (Croese, 2012, p.128) .

Exemplos incluem o projecto Aldeia Nova (nova aldeia) na província do Kwanza Sul, destinado a reintegrar veteranos de guerra em aldeias agro-industriais do tipo kibutz, o projecto nova vida (nova vida) em Luanda, dirigido em grande parte a funcionários públicos e o projecto zango, destinado a acomodar pessoas expulsas de áreas da capital agora destinadas ao desenvolvimento. (Croese, 2012, pp.128-129)

Observamos que houve edificações de fazendas para o crescimento do sector da agro-pecuária e agro-industrial como por exemplo:

As Fazendas de Desenvolvimento Agrícola de Sanza Pombo e Negage (Uíge), Camaiangala (Moxico), Manquete (Cunene), Camacupa (Bié), Luena (Moxico), Nzeto (Zaire), Capanda, Pedras Negra (Malange) bem como a finalização da construção de hidroeléctricos de Kapanda, Ngove e Cambambe e centralidades habitacionais nas províncias de Luanda, Luanda-Norte e Uíge. (s.n., 2017, p.28)

Na verdade, segundo relatório sobre *os feitos de José Eduardo dos Santos*, Angola com os anos de paz proporcionado pelo fim da guerra conseguiu alcançar um número determinado de construções que integrassem o setor da “água, transporte, educação, saúde, indústrias, energias e outros”, dado que, Angola desenvolveu-se nos quinze anos com construções em “escolas, hospitais, habitações sociais e tecnologias de informação e comunicação” (s.n.,2017, p.42), demonstrando que o Estados africanos conseguem se desenvolver e se unificar, desprovido do conhecimento europeu no que se refere às regiões africanas (Grovogui, 2001, p.445).

Sendo assim, foram concluídas

319.385 novas ligações no âmbito do Programa de expansão da Capacidade de Produção e Transporte de Energia eléctrica; e a instalação dos 533 MW em diversas províncias. Provisão de água a 571.197 habitantes em resultado da construção de 675 pontos de água e 275 pequenos sistemas de abastecimento de água e o alcance da taxa de 66,14% para a cobertura da população rural servida com água potável. (s.n., 2017, p.42)

Neste sentido, o governo angolano manteve a sua coerência ao promover a política nacional de reconstrução pautada nas principais carências do Estado, isto é, modernizando e assegurando a reedificação de bens essenciais e necessários na totalidade de Angola, comprovando que o Estado angolano não precisava se pautar no modelo hegemónico eurocêntrico para o

seu crescimento no pós-guerra (Grovgui, 2001).

Os principais projectos foram concluídos com sucesso, “como é o caso da reabilitação e ampliação de muitos aeroportos provinciais, a reabilitação das principais rodovias entre as cidades importantes (Benguela-Huambo, Luanda-Malanje, Malanje-Uíge) e a reconstrução dos caminhos-de-ferro de Luanda e Benguela”(Soreide et al., 2019, p.11).

Sendo assim, o antigo Embaixador da China em Angola fez questão de afirmar que “a China e Angola estão a integrar seus interesses de forma mais profunda. Uma série de obras empreitadas nos sectores da energia, água, transportes, casas sociais, porto e caminho-de-ferro foram sucessivamente inauguradas pelas empresas chinesas” (Kexiang, 2015).

Desta maneira, o programa de reconstrução de Angola foi uma das primeiras políticas públicas executada pelo MPLA, pois, em primeiro lugar, o país estava destruído e carecia de construções em grande dimensões que impulsionassem a paz nacional e por fim, MPLA com estes projectos conquistou a confiança do povo angolano, proporcionando a sua continuidade no sistema político de Angola, uma vez que a sua aliança com a China para reconstrução de Angola foi fundamental para o ambiente político do MPLA e para que este ganhasse as eleições de 2008 (Ferreira, 2008, p.314).

Posto isto, importa ainda referir que o sector de obras públicas depende totalmente da produção petrolífera do país, pelo que, este recurso natural foi essencial para o progresso do relacionamento entre Angola e China, na medida em que houve o financiamento da China nos sistemas de transporte em Angola (Soreide et al., 2019, p.22).

Desta forma, as dispendiosas obras executadas em Angola foram controladas pelo crescimento da economia, sendo o petróleo o motivador e o impulsionador do programa de reconstrução (Pushak & Foster, 2011, p.52).

Assim sendo, a reconstrução dirigida pelo partido MPLA é mantida pelo *boom* económico proveniente do petróleo, colocando o Estado angolano como uma “potência regional” com o objectivo de reedificar o país em cooperação excessiva do petróleo (s.n., 2012, p.11).

Desta forma, o Estado angolano se encontrava numa das suas melhores

fases económicas, na qual ganhou destaque internacional entrando na organização dos países exportadores de petróleo, utilizando o recurso para o aumento das suas reservas internacionais (Corkin, 2009, p.7).

Notamos que a economia angolana “é concentrada na exploração do petróleo com uma produção de mais de 1,8 milhões de barris / dia” (Vieitas & Aboim, 2012, p.26) de tal modo que as construções referentes ao sistema de transporte “têm sido garantidas por recursos do próprio governo, em particular pelas receitas provenientes da produção de petróleo”(Duarte, Santos & Tjønneland, 2014, p.2), porquanto, o MPLA conseguiu ter o domínio da economia do país, modificando e alterando os aparelhos económicos para a continuação do seu poder.

Por conseguinte, o presidente José Eduardo dos Santos assumiu a presidência, já sabendo que colocaria o petróleo como elemento principal para o seu “estado paralelo” baseado na sua centralização na Sonangol, facilitando alguns apoios de forma internacional (Oliveira, 2015, p.51).

Oliveira (2015, p.136) argumenta que a reconstrução em Angola “desenrolou-se como um espectáculo de excessos alimentado pelo petróleo”, tendo como grande aliada a China envolvida nas relações económicas com Angola tal como a sua participação nas obras públicas (Ferreira, 2008, p.302).

Assim, a exploração petrolífera é importante para o sector financeiro e para as despesas públicas em relação aos outros sectores económicos, pois, a economia angolana é totalmente dependente do petróleo a tornando vulneráveis as crises económicas e aos choques petrolíferos (Souza et al., 2011, p.11). Corkin (2009, p.3) expressa a mesma opinião em relação a fragilidade de Angola em relação aos ciclos do mercado petrolífero.

Desta maneira, a partir de 2002, observamos que o petróleo, um dos mais utilizados recursos naturais em Angola, é o fio condutor para a execução dos projectos de reconstrução em Angola, pois, sem este, o governo do MPLA não teria capacidades de desenvolver o seu Estado e nem conseguiria ter negociações com outros países para a restauração do seu país.

Logo, também podemos afirmar que a reconstrução de Angola foi importante para a permanência do MPLA no poder, pois, o MPLA utilizou da

imagem de reconstrução para a continuação de sua política.

Todavia, como vimos acima, a dependência que o governo angolano tem em relação à exploração petrolífera é excessiva, a tal ponto que, a solução dos problemas de reconstrução de Angola subordina-se ao crescimento da produção do petróleo para que garantisse os financiamentos e os investimentos necessários para o desenvolvimento do pós-guerra do Estado angolano.

Assim, os anos que sucederam após o conflito foram essenciais para a economia angolana no que se refere ao petróleo, de maneira que o Estado angolano passou a ser um Estado atractivo para os países não tradicionais utilizando na mesa do seu jogo político o seu recurso natural. Logo, a relação sino-angolana acentuou-se devido à “concessão de empréstimos de vários milhares de milhões de dólares” tal como “envolvimento directo das empresas chinesas na economia angolana, em primeiro lugar ao nível de infra-estruturas, mas também noutros sectores” (Ferreira, 2007, p.5), não executando o modelo europeu nas suas políticas de governação (Grovogui, 2001).

Por aqui, analisamos que o petróleo possibilitou a entrada do Estado angolano no sistema internacional, permitindo a interacção com outros parceiros económicos, assim, o governo MPLA aproveitou o benefício do cenário internacional para proteger aquilo que eles consideram o seu bem mais essencial, a defesa da sua soberania que é um factor essencial para a preservação do seu poder no Estado angolano.

5.3. A busca de alternativas externas na reconstrução pós-conflito

Após o fim do conflito civil, Angola acreditava que os Ocidentais iriam intervir de forma rápida na reconstrução angolana, já que, o governo MPLA concordava que era a obrigação dos Ocidentais conceder assistência, uma vez que, ajudaram na destruição do Estado angolano, apoiando o partido da UNITA (Malaquias, 2012, p.35).

Deste modo, Malaquias (2012) argumenta que, com o fim da guerra o governo do MPLA convocou uma conferência dos doadores, porém, esta

conferência não existiu, pois, os Ocidentais consideravam que a guerra civil era um assunto de ingerência interna do Estado angolano.

Assim, os Ocidentais explicaram que também não financiaram o Estado angolano em razão da não execução das reformas económicas e sociais, uma vez que o Estado angolano compreendeu a sugestão dos Ocidentais para ingressar à economia de mercado como um desrespeito a sua soberania (Amado Mendes & Tian, 2020, p.62).

Neste sentido, analisamos que o Estado angolano buscou ajuda Ocidental para a reconstrução do seu país, porém, como presenciamos, o governo angolano não implementou as medidas recomendadas pelo Ocidente, transmitindo uma imagem negativa em relação o funcionamento do seu governo.

O Banco Mundial (2006, p.17) no seu relatório transmitiu a importância de reformas económicas no sistema económico angolano a fim de acelerar o crescimento económico do país, garantindo um melhor desenvolvimento dos recursos.

O FMI (2002) na sua missão em Angola também chegou a conclusão que o Estado angolano necessitava de reformas económicas e sociais para o desenvolvimento das suas instituições e para um maior controlo das despesas do Estado, na medida em que era primordial a existência de um programa económico viável para o ajustamento dos dados fiscais e da dívida externa.

Por esta razão, o BNA tinha como propósito empenhar-se no programa estabelecido com o FMI em relação à economia do Estado angolano na sua estratégia para “as dívidas externas do país e ao acesso ao mercado financeiro internacional em condições favoráveis” (Banco Nacional de Angola, p.29)

Serrote (2002, p.56) argumenta que o FMI e o Banco Mundial viram em Angola um Estado com grande capacidade de crescimento devido aos seus recursos naturais daí, propuseram a implementação de programas que visavam o “ajustamento macroeconómico na economia angolana. Porém, Corkin (2009, p.4) argumenta que os acordos estabelecidos entre FMI e o Estado angolano em 2004 fracassaram “ devido às condições de empréstimos” e isto ocasionou a ligação entre Angola e China, visto que, o governo angolano não se empenhou

para alcançar os programas económicos sob monitorização da FMI e adoptaram sobre o seu encargo o seu próprio programa (Ferreira, 2007, p.4).

Sendo assim, Angola e os seus parceiros tradicionais tiveram dificuldade em ajustar o estabelecimento da reestruturação interna do país tal como o seu financiamento para reconstrução de tal forma que o governo do MPLA tendo problemas com o Ocidente virou-se para a China (Ferreira, 2008, pp.298-299), afirmando um novo posicionamento em relação às políticas e aos modelos coloniais, trazendo a cooperação entre Angola e China um novo direcionamento para “os fundamentos intelectuais, políticos e morais do sistema internacional” (Grovgui, 2011, p.176).

Na verdade, ao defender a sua soberania contra os programas económicos protagonizados pelo FMI, Angola conseguiu acentuar a sua ligação com a China “a nível nacional, regional e internacional”, não deixando o Estado chinês intervir demasiadamente na sua economia e com esta estratégia, o governo angolano conseguiu abrir portas para financiamentos de novos parceiros económicos (Corkin, 2011, p.3), demonstrando que a soberania angolana não estava sujeita a intervenções externas.

Portanto, o relacionamento entre Angola e China é resultado dos problemas existentes entre o Estado angolano e o Ocidente e, em função disto, Angola tornou-se uma das principais parceiras da China na matéria de defesa e do setor económico (Pereira, 2011, p.191).

No discurso do antigo presidente de Angola, podemos notar a importância do relacionamento com o Estado chinês quando o mesmo pronuncia:

Senhor Primeiro Ministro,

Nós o saudamos na sua qualidade de um dos mais altos representantes do Povo amigo da República Popular da China que apoiou a Luta de Libertação de Angola contra o colonialismo e que permanece ao nosso lado no processo de Reconstrução Nacional.

Os dois povos mantêm uma solidariedade recíproca exemplar que hoje constitui o verdadeiro fundamento da complementaridade económica e da cooperação entre os nossos dois Estados que tem produzido bons resultados.

A China é um dos principais destinos do petróleo que Angola exporta e é também a origem de muitos bens e serviços que importamos. (Santos, 2014)

O antigo Embaixador da China em Angola salientou a cooperação com

Angola argumentando que:

A minha acreditação como Embaixador da China em Angola coincide no segundo ano do estabelecimento desta parceria. Desde então, tenho constatado a cooperação sino-angolana cada vez mais reconhecida e elogiada pela comunidade internacional. Tanto mais que, nos últimos anos, vários países começaram a estudar a nossa experiência da cooperação com Angola para tirar bom proveito, factos pelos quais estou muito satisfeito. A relação sino-angolana é um microcosmo do desenvolvimento acelerado da relação sino-africana bem como um retrato da nossa integração e influência profunda ao mundo. (Kexiang, 2015)

Assim, o governo MPLA tinha a sua soberania valorizada com cooperação chinesa, pois, a China necessitava do Estado angolano para o desenvolvimento da sua indústria, sendo o principal comprador do petróleo de Angola e as linhas de crédito chinesas eram decisivas para a conclusão dos projectos de infra-estrutura angolanas, na medida em que, as empresas chinesas eram as responsáveis pelas realizações das obras públicas em Angola (Pereira, 2020, p.19).

Na próxima seção abordaremos sobre as trocas comerciais entre Angola e China, tendo o petróleo como elemento principal desta equação.

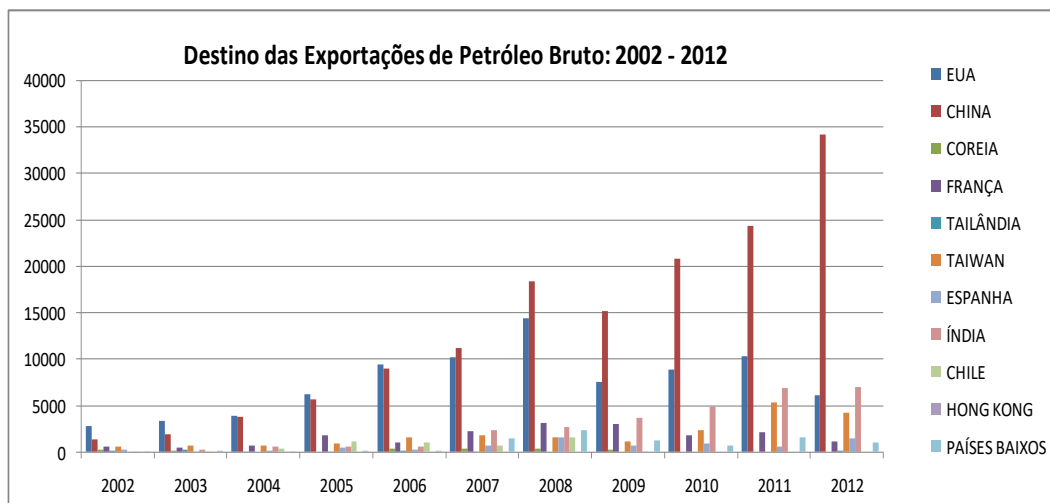
5.4. Para além das infra-estruturas: As trocas comerciais entre Angola e China

Segundo Corkin (2012, p.52), os empréstimos concedidos a Angola foram essenciais para que o Estado angolano desse maior importância a relação com a China no ponto de vista interno e internacional devido à recusa da comunidade internacional. Reafirmando que a cooperação entre o sul global assumia uma nova forma de observar o mundo, eliminando o legado característico do sistema europeu (Grovogui, 2011, p.177).

Desta maneira, Maussion (2020, pp.82-83) menciona que em 2003 e no princípio de 2004 as relações diplomáticas entre Angola e China converteram-se em constantes visitas a Pequim e a Hong Kong para o empréstimo de 2000 milhões de dólares que foram encaminhadas ao Ministério das Finanças em Luanda, concretizando-se o início de capitais chineses em Angola em escala nunca vista, referindo-se ao empréstimo por petróleo, sendo vantajoso para o Estado angolano (Ferreira, 2008, p.300).

Gráfico 1

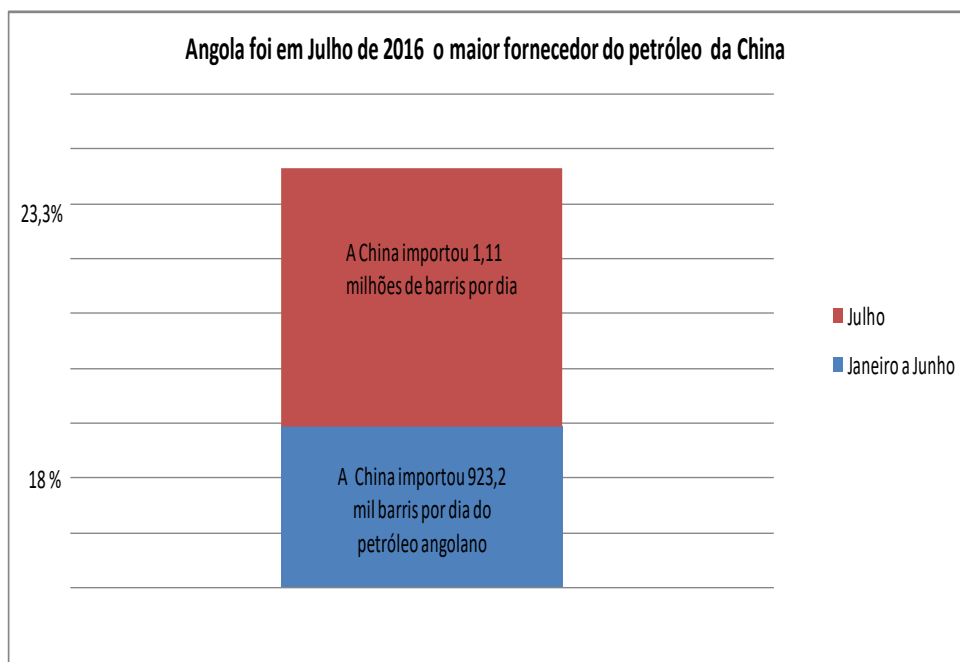
Destino das Exportações de Petróleo Bruto : 2002-2012



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados das Exportações de Petróleo Bruto : 1998-2023, Banco Nacional de Angola.

Gráfico 2

Angola foi em Julho de 2016 o maior fornecedor de petróleo da China



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados fornecidos pela Embaixada da República da China na República de Angola, 2016.

A partir dos gráficos 1 e 2, podemos notar que o petróleo foi um elemento importante para a cooperação entre os dois países, pois, no primeiro gráfico, percebemos que a partir de 2002, a China conseguiu aumentar o crescimento da sua compra pelo petróleo angolano. O mesmo acontece no gráfico 2 quando notamos que a Angola foi em Julho de 2016 o maior fornecedor de petróleo da China.

Nesta sequência, Fernandes (2015, pp.64-65) anuncia que dois anos após o crédito de 2000 milhões de dólares, Angola e China assinaram vinte e cinco acordos no valor de 2,5 mil milhões de dólares, que consistiam, por parte do Estado angolano no fornecimento à China de 10 mil barris de petróleo/ dia a um preço de cerca de 70 dólares.

Desta forma, Corkin (2009, p.5) faz notar que o presidente José Eduardo dos Santos criou o Gabinete de Reconstrução Nacional chefiado pelo general dos Santos e pelo general Hélder Vieira Dias, o Kopelipa, o ex-chefe de gabinete do presidente e militar, tendo como função a gestão de “linhas de crédito no valor de 2,9 mil milhões de dólares do fundo internacional da China sediado em Hong Kong cujo objectivo era a exportação do petróleo angolano”.

Sendo assim, isto possibilitou que a GNR, criada em 2005, fosse importante na gerência de grandes projectos de investimento, assegurando a “rápida reconstrução das infraestruturas antes das eleições nacionais” (Weimer & Vines, 2012, p.93).

Por outro lado, o Exim-bank é responsável pelo desenvolvimento económico cujo objectivo é a promoção da economia chinesa, gerindo fundos à parcerias de crescimento económico, daí que o banco agiu cautelosamente quanto aos projectos de reconstrução, demonstrando que se tratava de um empréstimo para o Estado angolano (Amado Mendes & Tian, 2020, p.62).

Em 2012, a cooperação entre os dois países atinge 37,502 biliões de dólares, sendo a China a maior importadora de Angola apresentando “36,3% dos demais importadores do petróleo angolano total praticamente o dobro dos EUA (18,5%), mais de três vezes a Índia (10,6%), mais de quatro vezes Taiwan (8%) e mais de quatro vezes o Canadá (6,9%)”, por isso, a China em

2008 tornou-se “o maior parceiro comercial de Angola, ultrapassando os EUA” (Sousa, 2013, p.3).

No nosso ponto de vista, as trocas comerciais entre Angola e China foram vantajosas para ambas, na medida em que, o governo angolano conseguiu o ambicioso financiamento para reconstrução do seu Estado, não necessitando da comunidade Ocidental para tal efeito, reprovando os modos Ocidentais de gerirem as suas cooperações (Grovgui, 2011).

Por outro ângulo, a China aceitou conceder volumosos empréstimos a Angola, pois, necessitava de recursos energéticos para a sua estrutura interna, por isso, que essa troca comercial, a literatura África-China designa como *Angola Model*, pois, a política chinesa conseguiu garantir e apoiar a reconstrução de Angola se distinguindo da política Ocidental (s.n., 2011, p.11).

Para Zongwe (2012, p.3), *Angola Model*, é um tipo de contrato particular com características voluntárias nas quais exige que os contraentes expressem a sua vontade para que seja realizado o contrato. Deste modo, o modelo angolano no seu contrato com a China “faz o uso extensivo de garantias, incluindo garantias contra riscos políticos e garantias soberanas” (Zongwe, 2012, p.22), pelo que, é uma cooperação de ganho mútuo para os dois países, pois, garante os interesses políticos do MPLA e da China, comprovando que o *Angola Model* é um contrato atractivo que favorece as ambições individuais de cada país (Zongwe, 2012, p.24).

Assim, o *Angola Model*, apresentou uma forma prática em relação a cooperação entre os dois Estados, garantindo financiamento na reconstrução de Angola sem qualquer compromisso quanto à transparência de Angola nos seus assuntos internos e nem condições ligadas o que deve ou não existir na política angolana (Junior, 2018, p.92).

Por isso que Grovgui (2001) acentua que temos de valorizar a soberania destes Estados conforme o seu próprio modelo, uma vez que os Ocidentais não produziram o conceito de soberania para a história da humanidade.

Portanto, ao analisarmos as trocas comerciais entre os dois países, observamos que ambos os Estados se beneficiaram mutuamente com a

cooperação existente, daí que entendemos os motivos que levaram o Estado angolano a priorizar a relação com a China em detrimento dos países Ocidentais, por considerar que teria a sua soberania intacta para que pudesse governar sem limitações externas.

VI. Discussão: o papel da noção de poder e soberania no contexto da Cooperação sul-sul

Este capítulo tem como propósito fazer um breve cruzamento entre as partes teóricas do trabalho e discutir o papel da noção de poder e de soberania no âmbito da CSS. Assim, na nossa dissertação, entendemos a importância de se criar um capítulo que envolva o conceito de poder e de soberania trazendo mais coerência e entendimento destes conceitos na presente dissertação.

Desta forma, faremos uma breve discussão sobre estes temas nas seções deste capítulo de forma a compreendermos o sistema político angolano e as relações cooperativas entre Angola e China.

6.1. O papel dos partidos e dos Partidos-estado

Foucault (2008) afirmava que a soberania poderia estar ligada ao sistema partidário, demonstrando que o poder soberano também se circunscrevia na figura do partido.

Desta maneira, o Estado moderno combinado por uma estrutura de governo absoluto gerava dominação da população e dos indivíduos de uma sociedade (Foucault, 2006, p.658) .

Sendo assim, compreendemos que o poder soberano constituído nos partidos gerava dominação na sociedade, aumentando a influência dos partidos na comunidade política, gerando o poder dos partidos sobre o corpo social.

Por isso que Foucault (2008, p.258) argumentava que a governamentalidade é importante, pois, analisa a maneira como conduz a conduta de todos na comunidade, tal como certos fenómenos, “como por exemplo uma política económica, como a gestão de todo um corpo social”. O mesmo ainda demonstrava que análise dos micropoderes não está limitada em um setor específico, pois, dependia do método de cada ponto de vista.

Neste sentido, tinha que haver a governamentalidade para que não se sucedesse o domínio dos partidos numa sociedade, pois, a soberania embutida no partido seria prejudicial para a harmonia da população.

6.2. A concentração de poderes

Em relação a concentração de poderes, Foucault (1999, p.71) entendia que Hobbes considerava que o soberano tem o poder de executar e de suspender as leis, pelo que, somente o soberano tem o direito de conservar e de suspender os tribunais pois, segundo o próprio Hobbes (2003, p.148), o soberano é aquele que decide e tem o comando numa sociedade, gozando do uso da força e de todos os meios para preservação do bem comum, desfrutando do poder soberano em relação aos outros.

Deste modo, Foucault (1999, p.108) criticava a soberania monárquica por ser um poder controlador, pelo qual, os súbditos não agiam de forma independente, pois, estavam sempre vinculados ao poder do soberano. Este tipo de poder está vinculado a um tipo de soberania de domínio sobre a coisa pública (Foucault, 2005, p.85).

De maneira oposta, Hobbes (2003, p.154) enfatiza que o soberano tem a legitimidade de eleger os funcionários, os ministros e entre outros para a governação da sociedade com o objectivo de promover a segurança e a defesa do Estado, competindo ao soberano a capacidade de “determinar as recompensas, os castigos, as honras e as ordens” no interior da sua governação (Hobbes, 2003, p.171).

Foucault (1999, p.108) afirmava que a soberania que enaltecia o poder do soberano, com poderes irrestritos, com privilégios para os que estavam ao redor do seu poder, demonstrando falhas na sua política não era benéfica para os cidadãos por conviverem com atos ilícitos, uma vez que estes atos formavam a estrutura do soberano. Assim, a população tinha de contestar o poder do soberano, as suas rejeições e as suas ilegalidades na administração e no sistema.

Foucault (1999, p.236) afirmava que o aparelho policial ligado à soberania do Estado era um aparelho que obedecia às ordens do soberano, se limitando apenas a competência que lhe é atribuída pelo soberano, sendo que o apoio tinha que se estender a sua população e não apenas ao rei.

Sendo assim, o governante punia aqueles que eram contra o seu mandato, castigando aqueles que eram considerados uma afronta para o mesmo (Foucault, 1999, p.66).

Deste modo, a concentração de poderes nas mãos do presidente visa o comando de todas as esferas executivas, legislativas e judiciais, assim, Foucault (1988, p.136) argumenta que quando as normas legislativas estão sobre controlo, automaticamente, estas leis se transformam em violência e ameaças para quem desobedece.

Assim, quando um poder tem o controlo absoluto pela vida dos seus súbditos, a soberania concentra-se numa forma de dominar os indivíduos daquela sociedade com objectivo de corrigir, classificar e ordenar (Foucault, 1988, p.136), contudo, isto não devia acontecer, pois, enquanto pensarmos na soberania como mecanismo de poder não poderá haver liberdade e independência na arte da governação (Foucault, 2008, p.135).

Posto isto, Foucault (2008) não defendia a ideia concentrada da

soberania como um grande mecanismo de poder absoluto, mas como a grande possibilidade de poder governar de forma autónoma. Logo, a soberania não é eliminada pela nova forma de governo independente, mas é cada vez mais acentuada por causa desta nova forma de governar (Foucault, 2008, p.142).

Aqui, Foucault (2008) propõe que a forma de governar seja distinta em relação a soberania, mostrando que só, assim, há vantagens para o real sentido de soberania, ao invés de não conseguirmos distinguir o que é a soberania e o que é a governação.

Assim a governamentalidade é “a maneira como se conduz as condutas dos homens”(Foucault, 2008,p.258), considerando, ainda a sua concepção, como uma forma que um determinado poder tem de conceber estratégias, orientar condutas e aplicar normas em sociedade (Foucault,1978, p.171), compreendendo a existência de práticas de governo, pelo que, a governação executado pelo príncipe no seu Estado, era apenas uma de muitas modalidades de mentalidade do governo (Foucault,1978, p.165)

Sendo assim, a governamentalidade não podia estar localizada apenas na singularidade de um só poder porque há pluralidade de formas de governo (Foucault, 1978).

Deste modo, a governamentalidade tem como o objectivo final a população, na medida em que há utilização de técnicas que são usadas indiretamente sobre a população, sendo que “a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objecto nas mãos do governo, como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça” (Foucault, 1978, p.170).

Portanto, observamos que Foucault rejeitava a ideia de concentração de poderes em relação ao poder soberano, comprovando que há múltiplas formas de governo que eram mais benéficas em relação ao poder concentrado numa só figura.

6.3. A soberania e a importância da relação com a República Popular da China

Como fora explicado, o conceito de soberania também está presente nos

debates da concepção da CSS referindo-se à salvaguarda da soberania dos Estados (Mendes, 2010; Pino, 2009; Souza, 2012) identificando-se como um dos principais pilares no respeito e na integridade do território dos Estados da CSS.

Logo, a CSS é um conceito que apresenta várias noções e tem sido inserido para representar as diversas realidades e condutas dos países em desenvolvimento e dos países emergentes, dentro do contexto internacional (Soares de Lima et al., 2016, p.30).

Bruno Ayllón Pino (2009, p.1) entende que não devemos desvincular o conceito de CSS sem nos referirmos à Conferência de Bandung (1955), pois, foi a partir desta conferência que os Estados viram na solidariedade um meio para atingir o objectivo do “terceiro mundo”, a tal ponto que, Burges (2012, pp.252-253) compreende que este conceito tem como objectivo promover as relações de igualdade tal como, o oferecimento de assistência e apoio mútuo entre os Estados da CSS.

Milani e Carvalho (2012, p.15) argumentam que “o papel do Estado e as coalizões entre países do Sul passaram a reforçar a horizontalidade no desenvolvimento de programas de cooperação”. Desta forma, a CSS tem como propósito incentivar as relações entre os Estados do sul global, porquanto, todos podem obter benefícios com as suas respectivas cooperações, incluindo a ausência de condicionalidades à soberania para uma melhor eficácia da CSS (Puc-Rio, 2011, p.90).

Com efeito, no caso da China, a CSS assume-se em: “o envio de missões médicas por dois anos, a construção de rodovias e pontes, cooperação técnica, a instalação de estações termoeléctricas, até programas de treinamento e empréstimos de apoio ao comércio exterior” (Milani & Carvalho, 2012, p.17).

A CSS destacou a posição de Estados como Angola, China e Brasil no sistema internacional, aumentando os seus laços e as suas influências entre si num contexto baseado em respeito mútuo, cooperação económica e participações em fóruns internacionais (Junior, 2018, p.82).

Por conseguinte, Mendes (2010, p.43) reflecte no seu artigo que os

líderes africanos consideram a China como parceira ideal para o desenvolvimento do seu país, tendo-a como preferência em relação aos atores Ocidentais, visto que os africanos não querem que interfira na sua soberania no que concerne à *goodgovernance*, ganhando com facilidade “linhas de crédito e infra-estruturas em troca de recursos naturais”.

A CSS oferece muitas vantagens para os dirigentes africanos que não querem que a sua soberania seja violada, ao contrário, da Cooperação Norte-Sul que ameaça à soberania dos africanos com as respectivas condicionalidades (Puc-Rio, 2011, p.80).

Dado isto, Lengyel e Malacalza (2011, p.7) identificam, no seu artigo *What do we talk when we talk about South-South Cooperation? The construction of a concept from empirical basis*, o caso da China relativamente aos Investimentos Patrocinados pelo Governo (GSI), pelo que, este tipo de modalidade envolve uma grande heterogeneidade de Estados que se beneficiam dos projectos chineses, assim como o envolvimento de uma enorme quantidade de recursos.

Assim, esta cooperação

inclui não só fluxos financeiros, tais como empréstimos concessionais e subvenções, mas também o investimento patrocinado pelo governo para o desenvolvimento de infra-estruturas (GSI) e acordos de fornecimento de energia em condições favoráveis aos países beneficiários (AES), ou seja, o CSS tem experiência técnica, financeira e componentes económicos que fazem dele um conceito com um âmbito mais vasto. (Lengyel & Malacalza, 2011, p.8)

Por consequência da CSS, o conceito *Angola Model* estabelece a troca de recursos naturais por infra-estruturas, pelo que, Foster et al. (2008) afirmam que o continente africano, enquanto região com grande capacidade de exportação de recursos naturais, tem grande défice em relação à construção de infra-estruturas, e a China, enquanto país que necessita de recursos naturais, tem capacidade para desenvolver infra-estruturas nos países africanos.

Com efeito, a procura chinesa em relação ao petróleo é enorme, por isso, as empresas chinesas tentam cada vez mais adquirir petróleo dentro do mercado angolano (Weimer & Vines, 2012, p.87).

Não é difícil aferir que a estratégia chinesa tornou-se atractiva para a

governança angolana, pois, para o Estado angolano era preferível ter cooperações económicas com um país que não exigisse tantas obrigações em troca de investimentos baixos.

E ainda, por aqui, podemos perceber que a China, uma das grandes potências da CSS privilegia a horizontalidade, ou seja, a igualdade em termos de necessidade e desenvolvimento, bem como o respeito à soberania dos Estados e à não ingerência dos assuntos internos dos países receptores cujas normas eram essências para o sistema político angolano.

Deste modo, o MPLA concretizou o seu propósito económico e político, o económico com o grande crescimento da economia de Angola e o político está na actuação do MPLA na reedificação de Angola para o garante da sua vitória nas eleições que permitiu o “casamento perfeito por conveniência” com a China (Ferreira, 2008, p.317), na medida que os empréstimos proporcionados pela China foram essenciais para a consolidação de Angola enquanto Estado e no ganho do MPLA nas eleições de 2008, comprovando o sucesso neste relacionamento económico (Corkin, 2011, p.3). Permitindo o estabelecimento de relação de igualdade entre os Estados do Sul (Grovogui, 2011).

Desta maneira, podemos dizer que o projecto de reconstrução em Angola foi essencial para o MPLA na medida em que a economia petrolífera ajudou nos avanços de programas criados para a reconstrução, permitindo a sua conquista na continuação do seu governo.

VII. Conclusões

A investigação que efectuamos sobre as questões de saber: De que forma o MPLA articula sua noção de soberania nacional no contexto da cooperação sul-sul estabelecida entre Angola e China no início do século XXI? nos permitiu a chegar às seguintes conclusões:

Após a guerra civil angolana, observamos que a grande preocupação do governo MPLA consistia na execução de um programa para a reconstrução do país, dado isto, era necessário o apoio dos Ocidentais para a realização de obras em Angola;

Notamos um desgaste na relação entre Angola e os países Ocidentais, na medida em que os Ocidentais e os organismos internacionais exigiam reformas políticas, sociais e económicas para o Estado angolano ao contrário do Estado Chinês que não exigia tais restrições;

Para defender a sua soberania, Angola optou pela ajuda do Estado Chinês, uma vez que o financiamento dos Ocidentais exigia a intervenção demasiada da soberania angolana, considerado um dos elementos mais

importantes para a preservação do governo MPLA;

Os princípios desta cooperação baseavam-se na defesa da soberania nacional, igualdade, reciprocidade e solidariedade mútua, confirmando que a cooperação sul-sul era uma cooperação pautada nos valores recíprocos entre os Estados do sul, tornando-se uma cooperação mais vantajosa e atractiva em relação aos Ocidentais;

A cooperação entre Angola e China contribuiu para o fortalecimento do sistema político angolano na medida em que houve a defesa da soberania angolana com o financiamento proporcionado pela China para reconstrução de Angola, pois, se fosse, ao contrário, o MPLA adoptaria políticas granjeadas pelos Estados Ocidentais;

Deste modo, confirmamos que a cooperação com a China, o Estado angolano conseguiu outra alternativa em relação ao problema da reconstrução do seu país, demonstrando que um Estado não pode estar subalterno as políticas internas de outrem;

A fragilização desta cooperação no sistema político angolano está no facto de existir uma maior influência do MPLA na sociedade angolana, pois, desde que surgiu a cooperação sino-angolana, percebemos um grande poderio do MPLA em todas as esferas do Estado angolano;

Sendo assim, a não separação entre Estado, governo e partido, torna-se uma vantagem poderosa para o MPLA, pois, este partido conseguiu se estabelecer desde 2002 no poder, preservando a sua soberania e autonomia no sistema político angolano, impedindo abertura e o desenvolvimento de outros partidos na sociedade angolana;

Desta forma, confirmamos que há um controle do partido MPLA na política angolana, dificultando a intervenção de outros actores políticos na soberania angolana;

Ao longo da nossa dissertação, apresentamos dois autores que contribuíram para a estrutura do nosso trabalho, Michel Foucault e Siba Grovogui. Foucault foi essencial de modo a entendermos a mentalidade do governo MPLA em relação ao poder e a soberania e o Grovogui contribuiu na análise da soberania em contextos africanos contrapondo com os conceitos

eurocêntricos;

O contributo desta dissertação nos estudos da disciplina de Ciência Política está no facto de darmos ênfase aos atores domésticos e ao sistema político angolano no âmbito da relação com a China, pois, assinalamos que há uma literatura limitada em relação a esta matéria e o trabalho que desenvolvemos poderá ser importante para futuras investigações que evidenciam o sistema político angolano, especialmente, a gestão do projecto de soberania nacional pelo MPLA.

Em guisa de conclusão, como estudantes do Mestrado em Ciência Política, compreendemos que a soberania é um bem essencial para todos Estados no sistema internacional, e no nosso caso de estudo, observamos que o MPLA assegurou e defendeu a soberania nacional, com a cooperação com a China, utilizando de todos os seus poderes na salvaguarda da sua soberania no sistema político angolano.

VII. Referências Bibliográficas

- Alden, C. (2005). “China Em África.” *Sobrevivência* 47(3):154. doi 10.1080/00396330500248086.
- _____.(2010). “China e África: Um Espelho Distante para a América Latina.” *Relações Políticas China-América Latina* 21.
- _____.(2012). “Conclusão.” *China e Angola, um casamento por conveniência?*, M. Power & A. C. Alves. Imprensa Pambazuka,p.23.
- Alden, C. & Large, D. (2013). “Política Em Evolução Da China Em Direção à Paz e Segurança Em África: Construir Um Novo Paradigma Para a Construção Da Paz?” *Governança das relações China-África, paz e segurança*, M. G. Berhe & L. Hongwu. Etiopia: Instituto dos Estudos de Paz e Segurança,pp. 16–28.

- Almeida, C. (2019) 'ANGOLA E OS VENTOS DA MUDANÇA E CONTINUIDADE De JOÃO LOURENÇO', *Janus*, p. 1. https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4932/1/Janus_20_1_25_CA.pdf.
- Almeida, C. & Satula, B. (2018) 'Apenas um homem para dois empregos: a transição de liderança em Angola', 4/07/2018.
- Alves, D. B. (2007). "A Presença Chinesa Em África: O Caso de Angola." *Negócios Estrangeiros*
- Amado Mendes, C. & Xintong T. (2020). "As Motivações Políticas e Económicas Da Presença Chinesa Em Angola." *Relações Internacionais* (65). doi: 10.23906/ri2020.65a05.
- Amundsen, I. (2011) 'Partidos políticos em Angola: Na tendência africana', *Resumo de Angola*, 1(10).
- Andrade, V. J. da C. P. de (2012) 'Recursos Naturais, Actualizacao: Petroleo em Angola', *SAIIA Resumo da Política*, p. 3.
- Anonymous. (2011). "Desenvolvimento de Infra-estruturas: No Contexto da Cooperação Africana com Parceiros de Desenvolvimento Novos e Emergentes." *NEPAD* (2010):11.
- 'Angola' (2012) *Economia de África Outlook 2012*, p. 11.
- Anonymous. (2017). "Feitos Da Governação Do Presidente José Eduardo Dos Santos– 1979/2017".
- Anshan, L. (2007). "Compromisso Da China Em África: Interesse Singular Ou Benefício Mútuo." ... Sobre a Governação de Recursos Em África No Século XXI, ... 1–5.
- Arinze-Umobi, C. & Ihedirionye, C. (2021) 'FUNDOS SOBERANOS AFRICANOS E INFLUÊNCIA DO GOVERNO: UM ENTUPIMENTO NA RODA DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO*', 3(2).

Artigo IV de 2002, Conclusões Preliminares Da Missão Do FMI.” *Angola -- Consulta Ao Abrigo Do Artigo IV de 2002, Conclusões Preliminares Da Missão Do FMI*. Retirado Fevereiro 19, 2002 (<https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/28/04/52/mcs021902>).

Ayllón P. B. (2009) ‘Cooperação Sul-Sul: Inovação e Transformação na Cooperação Internacional.’, *Fundação Carolina*, p. 1.

Bach, D. C. (2012). “Neopatrimonial e Desenvolvimentista - Síndrome Dos Estados Emergentes.” P. 221 in *Neopatrimonialismo na África e Além*, editado por D. C. Bach & M. Gazibo. Londres e Nova Iorque: Routledge Taylor & Francis Group.

Banco Nacional de Angola. n.d. “Mensagem Do Conselho Da Administração.” *Relatório Anual 2004 e Contas Do Período de 2001 a 2004* 29.

Banco Mundial. 2006. *A Transição Para Uma Economia de Mercado*.

Barbosa, M. S. (2008). “Eurocentrismo , História e História Da África.” *Sankofa.Revista de História Da África e de Estudos Da Diáspora Africana* 1:46–63.

Bardin, L. (2016) ‘Prefácio’, *Análise de Conteúdo*, p. 2. 10.5585/dialogia.n32.13247.

Bayart, J. F. (2009). *O Estado em África: A política do ventre*

Beegle, K., Christiaensen, L., & Gaddis, I. (2016). *A Pobreza Numa África Em Crescimento*. Grupo Banco Mundial.

Benguela, G. L. M. (2020) ‘A Representação Mediática do Conteúdo dos Discursos de Tomada de Posse e Estado da Nação de João Lourenço,

Presidente da República de Angola’, *Ciências e Políticas Públicas*, 1(1),.10.33167/2184-0644.cpp2020.vvin1/pp.59-85.

Bhabha, H. K. (2013).A outra questão: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo.*Literatura política & teoria*. Routledge, pp.168-192.

Bowen, G. A. (2009). “Análise Documental Como Método de Investigação Qualitativa.” *Jornal de Investigação Qualitativa* 9(2):27–28.

Brautigam, D. (2010). “A China, África e a Arquitectura Da Ajuda Internacional.” *Grupo Do Banco Africano de Desenvolvimento* (Março):1–43.

_____.(2011). “Ajuda Chinesa Ao Desenvolvimento Em África.” *China Em Ascensão: Porcelana em Ascensão: Desafios e Oportunidades Globais*

_____.(2013). “China Em Africa: Pense de Novo.” *A Revisão Financeira Europeia* 1–10.

Bryman, A. (2012)‘Críticas da pesquisa quantitativa’, *Método de Pesquisa Social*.4ºed.Impresa da Universidade de Oxford, p. 179.

Burges, S. (2012) ‘Desenvolvendo a Partir Do Sul : Cooperação Sul-Sul No Jogo De Desenvolvimento Global’, *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, 1(2), pp. 252–253.

Campbell, Horace. (2008). “China Em África: Desafiando a Hegemonia Global Dos EUA.” *Terceiro Mundo Trimestral* 29(1).

Carmody, P., Dasandi, N., & Mikhaylov, S. J. (2020) ‘Actos de Poder e Equilíbrio: Os Efeitos Paradoxos do Comércio Chinês nas Posições de

- Política Externa Africana’, *Estudos Políticos*, 68(1), p. 242.10.1177/0032321719840962.
- Carter III, A. P., Gilpin, Dr. R., & Nantulya, P. (2019). “China Em África: Oportunidades, Desafios e Opções.” Pp. 1–248 *Influência global da China: Perspetivas e Recomendações*, S. D. McDonald & M. C. Burgoyne.
- Carvalho, A. M. L. de (2011) ‘Características políticas da sociedade angolana’, *Angola: economia e petróleo de 2002-2010*. 1ª edição. Lisboa: Universidade Lusíada, p. 45.
- Chabal, P. (2008) ‘E Pluribus Unum: Transições em Angola’, em Chabal, P. & Vidal, N. (eds) *Angola, o Peso da História*. Nova Iorque: Universidade de Columbia, pp. 11–12.
- Chandra, U. (2013) ‘O caso para uma abordagem pós-colonial para o estudo da política’, *Nova Ciência Política*, 35(3), p. 489. 10.1080/07393148.2013.813700.
- Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (2018) ‘Estudo de Caso’, *Métodos de investigação na educação*. 6º edição. Grupo Routledge Taylor & Francis,.10.4324/9781315456539-19.
- Conceição, E. B. da (2022) ‘O colonialismo e seus legados’, Spink, P. K., Burgos, F., & Alves, M. A. (eds) *Vulnerabilidade(s) e Ação Pública: concepções, casos e desafios*. São Paulo: Centro de Estudos em Administração Pública e Governo, p. 90.
- Corkin, L. (2009) ‘As actuais perspectivas económicas de Angola: A maldição ou bênção do petróleo?’, *Real Instituto Elcano*
- _____. (2011) ‘China e Angola Parceria estratégica ou casamento de conveniência?’, *Resumo de Angola*, 1(1), p. 3.
- _____. (2012). “Equilíbrio das Relações Internacionais.” Power, M & Alves, A.C. (eds) *China e Angola um casamento de conveniência?*. 1ª edição. Imprensa

Pambazuka, p.52.

_____. (2012) ‘Provisão de infraestrutura do estado e as eleições de 2008’, Power, M. & Alves, A. C. (eds) *China e Angola um casamento de conveniência?*. 1ª edição. Imprensa Pambazuka, p. 54.

Coutinho, F. P. & Guedes, A. M. (2007) ‘Sobre o Sistema de Governo em Angola – Do Centralismo “Soviético” ao “Semi-Presidencialismo” Transicional até à Adopção de um Sistema de Governo Sui Generis’, *Revista Negócios Estrangeiros*, 11.4, p. 88.

Creswell, J. W. (2010). “Sem Título.” *Projecto de Pesquisa Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Artmed, p.26.

Croese, S. (2012) ‘Colocar o alojamento na agenda’, Power, M. & Alves, A. C. (eds) *China e Angola um casamento de conveniência?* Imprensa Pambazuka, p. 128.

Duarte, A., Santos, R. & Tjønneland, E. N. (2014) ‘O corredor de Lobito em Angola Da Reconstrução ao Desenvolvimento’, *Resumo de Angola*, 4(1), p. 2.

Dunn, K. C. (2001) ‘Da margem ao centro’, Dunn, K. C. & Shaw, T. M. (eds) *Africa e o Desafio à Teoria das Relações Internacionais*. Nova Iorque: Palgrave, p. 3.

Estatuto do MPLA. 2022. “Artigo 28.º (Deveres Do Militante).” *Estatutos Do MPLA 2022* 22.

_____. “Artigo 10º (Objectivos).” *Estatutos Do MPLA 2022* 12.

Fanon, F. (2022). *Os condenados da terra*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras

Fernandes, F.S. (2015). “Sem título.” *Isabel dos Santos Segredos e Poder do dinheiro*. Lisboa: Casa das Letras.

Fernandes, S. (2012). “A China e os Movimentos de Libertação em Angola” P. 68 *China e Angola, um casamento por conveniência ?*, M. Power & A. C. Alves. Imprensa Pambazuka.

Ferreira, M. E. (2005) ‘Realeconomie e Realpolitik Nos Recursos Naturais em Angola’, *Relações Internacionais*, 06, p. 84.

_____.(2007). “Angola: Janela Aberta Para o Crescimento Económico?” *Janus* 4.

_____.(2008). “China e Angola: Apenas Uma Paixão Pelo Petróleo ?” *A China Regressa a África: Um Poder Em Ascensão e Um Abraço Continental* 44(3):300.

Foster, V., Butterfield, W., Chen, C., & Pushak, N. (2008) ‘O papel emergente da China em África Parte da paisagem em mudança do financiamento de infra-estruturas’, *Linhas de Grade*, (42)

Foucault, Michel. (1978). (Machado, R. Trad.) *Microfísica do Poder*. (Microphysique de Puissance em 1954)

Foucault, M. (1988) (Costa Albuquerque, M.T.& Albuquerque, J.A.G. Trad) *História da Sexualidade I A vontade de saber*.(Histoire de la Sexualité em 1976) I: La Volonté de savoir GRAAL Ltda

Foucault, M. (1999) (Ramelhete, R. Trad) *Vigiar e Punir A história da violência nas prisões* (Surveiller et punir em 1975). 20º edição. Editora Vozes.

Foucault, M. (2005) (Galvão,M.A. Trad.) *Em Defesa da Sociedade*(Il Faut

- Défendre la Société publicada em 1997). São Paulo: Martins Fontes Editora.
- Foucault, M. (2008) ‘Sem título’(Brandão,E.Trad.) *Nascimento da Biopolítica* (Naissance De La Biopolitique em 2004). Martins Fontes Editora.
- Foucault, M. (2008) (Brandão, E. Trad) *Segurança, Território, População*.(Sécurité, Territoire , population em 2004)1ª edição. Martins Fontes Editora.
- Foucault, M. (2010) (Brandão, E. Trad) *Governo de si e dos outros*(Le Gouvernement De Soi et Des Autres em 2008). São Paulo: Martins Fontes Editora.
- Gaio, G. (2022) *A África, a Cooperação Sul-Sul e o Sul Global: narrativas concorrentes e suas afeições moralizantes*. In: *Amante, F. Pignatelli, M, ; Sá, R. Livro em Homenagem à Professora Celeste Quintino(Título provisório)*.
- Galchu, J. 2016. “O Consenso de Pequim Contra o Consenso de Washington: O Dilema Do Envolvimento Chinês Em África.” *Jornal Africano de Ciência Política e Relações Internacionais* 12(1):1–9. 10.5897/ajpsir2016.0920.
- Gandhi, L. (1998) ‘Depois do Colonialismo’,*Teoria pós-colonial Uma introdução crítica*. Allen & Unwin, p. 4. 10.2307/j.ctt5hjh4m.6.
- Gaspar, J. S. (2021). “DEMOCRACIA EM ANGOLA: O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO ANGOLANA (2002 – 2020).” p.12-15.
- Grovogui, S. N. (2001) ‘A teoria e a prática da soberania’, Dunn, K. C. & Shaw, T. M. (eds) *O Desafio da África à Teoria das Relações Internacionais*. Nova Iorque: Palgrave, pp. 33–34.

_____.(2001) ‘Venha para África: Uma Hermenêutica de Corrida em Teoria Internacional’, *JSTOR*, 26(4), p. 443-445.

_____.(2002). “Regimes de Soberania: Moralidade Internacional e a Condição Africana.” *Revista Europeia e Relações Internacionais* 8(3).

_____.(2002) ‘Moralidade Internacional e a Condição Africana’, *Revista Europeia e Relações Internacionais*, 8(3).

_____.(2006) *Além do Eurocentrismo e da Anarquia: Memórias da Ordem e das Instituições Internacionais (Cultura e Religião nas Relações Internacionais)*. Palgrave Macmillan.

_____.(2011). “Uma Revolução No Entanto: O Sul Global Nas Relações Internacionais.” *O Sul Global* 5(1):176. 10.2979/globalsouth.5.1.175.

Hobbes, T. (2003) (Monteiro, J. P. & Da Silva,M.B.N Trad)*Leviatã*. (Leviathan em 1996).1ª ediçãoSão Paulo: Martins Fontes Editora.

Hodges, T. (2001) ‘Estado centralizado e monolitismo político’, *Angola- Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*. 1ª edição. Principia

João, D. F. P. (2020) ‘ANGOLA: DEMOCRACIA QUE TEMOS E A QUE PRECISAMOS’, *Dados de África(s)*.

Junior, H. B. E. (2018) ‘Os reflexos para o Brasil da crescente presença chinesa em Angola.

Kexiang, G. (2015). “Inaugurar Um Novo Cenário Da Parceria Estratégica Sino-Angolana.” *Embaixada Da República Da China Na República de Angola*.

Kiala, C. (2010). “Relações de Ajuda China-Angola: Cooperação Estratégica Para o Desenvolvimento?” *Revista Sul Africana de Assuntos Internacionais* 17(3):313–31. doi: 10.1080/10220461.2010.533528.

Kimenyi, M. S. & Mbaku, J. M. (2011). “A Guerra Da África Contra a

Corrupção.” *Prospecção Da África: Os Maiores Desafios e Oportunidades Do Continente Para 2011* 30–32.

Kimenyi, M. S. & Lewis, Z. (2011). “Prever a África, Os Maiores Desafios e Oportunidades Do Continente Para 2011.” *Desafios* (Janeiro):36.

Khatri, K. K. (2020) ‘Paradigma da Investigação: Uma Filosofia de Investigação Educativa’, *Revista Internacional de Literatura Inglesa e Ciências Sociais*, 5(5), p. 1437. 10.22161/ijels.55.15.

Lawal, G. (2007) ‘Corrupção e Desenvolvimento em África: Desafios para a mudança política e económica’, *Revista de Ciências Humanas e Sociais*, 2(1), p. 6.

Lengyel, M.& Malacalza, B. (2011) ‘O que é que falamos quando falamos de Cooperação Sul-Sul? A construção de um conceito a partir de uma base empírica’, p. 7.

Loomba, A. (2005) ‘LOCALIZAÇÃO DE ESTUDOS COLONIAIS E PÓS-COLONIAIS’, *Colonialismo/Pós-colonialismo*. 2ªed. Londres& Nova Iorque: Grupo Routledge Taylor & Francis, p. 16.10.2307/40154856.

Lourenço, J. (2021). “Íntegra Do Discurso Do PR Sobre Estado Da Nação.” *Jornal de Angola*, October 15.

_____.(2021). “Íntegra Do Discurso Proferido Esta Terça-Feira Pelo Presidente Da República , João Lourenço , Na Abertura Do Ano Judicial 2021 .” 3.

Malaquias, A. (2012) ‘MPLA’s survival strategies’, Power, M. &Alves, A. C. (eds)*China e Angola, um casamento por conveniência?*Imprensa Pambazuka, pp. 34–35.

Margoso, Ana. n.d. “Vinte Anos de Uma Imprensa Em Declínio.” *Centro de Estudos Internacionais*4.

Maquiavel, N. (2019). (Mário & Da Silva, C. Trad) *O Príncipe* (Príncipe em 1513). Brasília: Senado Federal.

Marques, R. (2011) ‘Sem título’, *Diamantes de Sangue Corrupção e Tortura em Angola*. 1º edição. Lisboa: Tinta da China, p. 33.

Martínez, Alberto Levy. 2010. “Angola: Uma História Moderna Marcada Por Guerras.” *Cadernos de Marte. Revista Latino-Americana de Sociologia Da Guerra* 91.

Maussion, E. (2020) ‘Sem título’, in *O Domínio de Angola Um Retrato do Poder de José Eduardo dos Santos*. 1º edição. Oficina do Livro.

Mbembe, A. (2019). “Tempo de mudança P. 5 *Sobre a Pós-colónia*. Berkeley & Los Angeles, California:.. Imprensa da Universidade da Califórnia

Mignolo, walter D. (2005). “Sem Título.” *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas*, Pp. 37–38.

McCulloch, G. (2004) ‘Quadros legais e questões éticas’, *Pesquisa documental: Em Educação, História e Ciências Sociais*. Grupo Routledge Taylor & Francis, p. 41. 10.4324/9780203464588.

Mendes, C. A. (2010) ‘A China e a Cooperação Sul-Sul’, *SciELO Portugal*, p. 43. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000200003.

Messiant, C. (2001) 'A Fundação Eduardo dos Santos: ou como o regime de Angola está tomando conta da sociedade civil', *Assuntos Africanos*, 100(399)10.1093/afraf/100.399.287.

_____. (2008) 'A consolidação do poder hegemónico, 2002-2004', Chabal, P. & Vidal, N. (eds) *Angola, o Peso da História*. Nova Iorque:Imprensa Universitária de Columbia, p. 111.

Milani, C. R. S. & Carvalho, T. C. O. (2012) 'Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano'.

Miranda, O. & Anacleto A. X. D. 2021. "A Constituição Da Esfera Pública Em África: A Especificidade de Angola Do Pós-Independência à Segunda República." *Jornada Internacional Políticas Públicas* 11.

Mogalakwe, M. (2006) 'O Uso de Métodos de Pesquisa Documental na Pesquisa Social', *JSTOR*, 10(1), p. 224.

Neto, António Pitra. 2008. "O Papel Do Líder Do Partido, Camarada Presidente José Eduardo Dos Santos." P. 21 in *MPLA e as eleições legislativas de 2008. As nossas razões para a vitória*. Luanda: Editorial Nzila.

Ojo, E. O. 2016. "O Subdesenvolvimento Em África: Teorias e Factos." *Primavera* 41(1):89–103.

Oliveira, R. S. De. (2011) 'Construção iliberal da paz em Angola', *A Revista de Estudos Africanos Modernos*, 49(2), p. 292. 10.1017/S0022278X1100005X.

_____. (2015) *Magnífica e Miserável: Angola desde a Guerra Civil*. 1ª edição. Tinta da China

Orre, Aslak. 2009. “Fantoches e Cavalos de Tróia? Instrumentalização Das Autoridades Tradicionais Em Angola e Moçambique.” *Cadernos de Estudos Africanos* (16/17):152. doi: 10.4000/cea.190.

Ouriques, H. R. 2014. “CARTA INTERNACIONAL As Relações Econômicas Entre China e África: Uma Perspectiva Sistêmica T.” 9(1).

Ouriques, He. R. & Gabriela B.S. 2015. “Presença Da China Na África: Maldição Ou Benção?” 37–48.

Owoye, O. & Bissessar, N . 2012. “Má Governação e Corrupção Em África: Sintomas de Liderança e Fracasso Institucional.” *Conferência Internacional Sobre Governação Democrática*.

Pautasso, D. (2009) ‘As relações econômicas internacionais entre China e Angola’, *Meridiano 47 - Jornal dos Estudos Globais*, 10(105), p. 28.

Pearce, J. (2017) *A GUERRA CIVIL EM ANGOLA (1975-2002)*. 1ª edição. Lisboa: Tinta da China, p. 268.

Pereira, R. (2011) ‘A Nova realidade da presença chinesa em Angola e suas implicações para Portugal: o sector da construção civil e obras públicas como estudo de caso’, *Nação e Defesa*, (Julho), p. 189.

_____. (2020) “China e África : Uma Parceria de Cooperação Estratégica Ou Uma (Progressiva) Relação de Dependência? A Problemática Da Dívida Africana.” *Relações Internacionais* 14.

Pestana, Nelson. 2020. “As Dinâmicas Da Sociedade Civil Em Angola.” *CEA-Centro de Estudos Africanos* 109:14.

Porta, D. D. & Keating, M. (2008) ‘Paradigmas nas ciências sociais’, *Aprovações*

- e Metodologias nas ciências sociais Uma perspectiva pluralista*. Imprensa da Universidade de Cambridge, pp. 24–25.
- Programa de Governo MPLA. 2022. “Programa de Governo MPLA 2022-2027.” *Programa de Governo MPLA 2022-2027* 4.
- Puc-Rio. 2011. “Cooperação Norte-Sul e Cooperação Sul-Sul: Trajetórias Distintas Em Um Só Campo.” *Puc-Rio* 90.
- Pulla, V. & Carter, E. (2018) ‘Utilização do Interpretivismo na Investigação do Trabalho Social’, *Jornal Internacional do Trabalho Social e Prática dos Serviços Humanos*, 6(1), p. 13. 10.13189/ijrh.2018.060102.
- Pushak, N. & Foster, V. (2011) ‘As Infra-estruturas em Angola: Uma perspectiva continental’, *Infraestrutura de África Diagnóstico do País*, p. 52.
- Quijano, A. (1992) ‘Colonialidade e Modernidade/ Racionalidade’, pp. 11–20.
- _____. (2005). “Colonialidade Do Poder, Eurocentrismo e América Latina.” *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latinoamericanas*, pp.33-49.
- Quintino, Maria Celeste. (2004). *Revisão de agendas etnográficas: convés, varandas, aldeias e cidades*. Lisboa: ISCSP.
- República de Angola. (2010). *Constituição República de Angola*. Imprensa Nacional-E.P.
- Roque, C. P. (2011) ‘Angola: Governos paralelos, petróleo e reprodução do sistema neopatrimonial’, *Instituto de Estudos de Segurança: Relatório da situação*, 7(1), p. 1.
10.1177/117718011100700106.

Samakuva, I. (2018). “O Contributo Dos Partidos Políticos Na Manutenção e Preservação Da Cultura de Paz e Na Defesa Do Interesse Nacional Intervenção de Isaías Samakuva, Presidente Da UNITA 9 de Novembro de 2018.” *CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ* 11.

Santos, J. E. (2004). “2003.” *José Eduardo dos Santos E os Desafios do seu tempo. Palavra de um Estadista 1979-2004*, editado por Organização José Mena Abrantes. Luanda: Maianga

_____.(2014).. “DISCURSO PRONUNCIADO POR SUA EXCELENCIA JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA, DURANTE A VISITA OFICIAL DO PRIMEIRO MINISTRO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA.” *Embaixada Da República de Angola Em Portugal*.

Saraiva, J. F. S. (2015) *A África no século XXI: um ensaio acadêmico*.

Schubert, J. (2012) ‘Verdades incómodas da África emergente’, p. 119.

_____.(2013) ‘«Democratização» e consolidação do poder político em Angola no pós-guerra’, *Relações Internacionais*, p. 94.

Seawright, J. &Gerring, J. (2005) ‘Técnicas de Selecção de Casos na Investigação de Estudos de Casos’, p. 2.

Serrote, W. P. (2002). “Política Económica de Angola: Uma Análise as Transformações Observadas Na Economia Angolana No Tempo Da Guerra Ao Tempo Da Paz.” *Dados de África(S)* 56.

Shelton, G. & Farhana, P. (2008). “O Fórum Sobre a Cooperação China-África.”

(Dezembro):107–24.

Sidaway, J. D. (2003). “Excessos Soberanos? Retratando Soberanias Pós-Coloniais.” *Geografia Política* 22(2):164. 10.1016/S0962-6298(02)00082-3.

Soares de Lima, M. R., Milani, C. R. S., & Echart Muñoz, E. (2016) *Cooperação sul-sul*, p.30

Songwe, V. & Moyo, N. 2012. “Relações China-África: Definir Novos Termos de Compromisso.” A Instituição Brooking, Iniciativa de Crescimento Africano 3–5. *Investigação Académica Em Gestão* 5(2):22.

Soreide, T., Rocha, A., Pestana, N., Santos, R., & Costa, A. (2019) ‘O Custo de Desenvolvimento de Infraestruturas em Angola’ http://dw.angonet.org/sites/default/files/online_lib_files/angola-infraestruturas-report-portugues-hires_1.pdf%0Apapers3://publication/uuid/57D94D2D-1AFB-475A-AF00-A1F91A8C16A1.

Sousa, F.R. 2014. “DINÂMICAS DA ‘NOVA’ PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM ANGOLA.” *VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA 40 Anos de Democracia: Progressos, Contradições e Prospetivas* 5.

Sousa, I. C.. (2013). “China e Angola: Trinta Anos de Relações Diplomáticas.” *Lusofonias* (Julho 2013):2.

Souza, A. D. M. E. 2012. “A Cooperação Para o Desenvolvimento Sul-Sul: Os Casos Do Brasil, Da Índia e Da China.” *Cadernos Adenauer* 13(2):93.

Souza, A. I. R., Silva, D.F.G., Dillman, M., Guedes, M.S., & Leite, S.C.(2011) ‘Guerra Civil e o Desenvolvimento Econômico em Angola’, *Revista*

- Eletrônica de Economia da Universidade Estadual de Goiás*, 7(2), p. 11.
- Spivak, G. C. (2015). *Pode o Subalterno Falar?. No discurso colonial e na teoria pós-colonial* (pp. 66-111). Routledge
- Stake, R. E. (2003). “Estudo de Caso.” in *Estratégias de Inquérito Qualitativo*.
- Taylor, I. (2008) ‘As relações sino-africanas e o problema dos direitos humanos’, *JSTOR E IMPRENSA UNIVERSITÁRIA OXFORD*, 107(426), pp. 70–71. 10.1093/afraf7adm056.
- _____.(2009). *O Novo Papel Da China Em África*. Vol. 46.
- _____.(2012). “As Relações Da China Com África e o Contexto Americano.” 1–7.
- _____.(2014). “Potências Emergentes, Capitalismo de Estado e o Sector Petrolífero Em África.” *Revisão Da Economia Política Africana* 41(141):341–57. doi: 10.1080/03056244.2013.864630.
- Tull, D. M. (2006). “China Em África: Percepções Europeias e Respostas Ao Desafio Chinês.” *Trabalho Em Estudos Africanos* 1–16.
- ‘Uchehara, K. E. (2009) ‘Relações China-África no século 21: engajamento, compromisso e controvérsia’, 6(23), p. 110.
- Vidal, N. (2006) ‘A construção do sistema político angolano após a independência’, Vidal, N. & Andrade, J. P. de (eds) *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*. FIRMAMENTO, p. 12.
- Vidal, N. (2006) ‘Paz e pluralismo mas com déficit democrático’, Minnie, J. (ed.) *Fora das urnas pré-condições para eleições na África Austral 2005/* 6. Instituto de Mídia da África Austral (MISA), p. 245.
- Vidal, T. H. (2007) “Reforma No Sector de Segurança Em Angola; Numa Perspectiva Africana.” *INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES CURSO DE ESTADO- MAIOR CONJUNTO* 18.

- Vieitas, D., & Aboim, I. (2012) 'África: Oportunidades Para Empresas Brasileiras', *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, (116), p. 26.
- Vines, A; Shaxson, N; Rmli, L., & Heymans, Chris. (2005) 'Angola Condutores da mudança: uma visão geral', (Abril), pp. 19–20.
- Visentini, P. 2014. "A África E As Potências Emergentes: O Sul E a Cooperação Profana." *AUSTRAL: Revista brasileira de estratégia & Relações Internacionais*
- Weimer, M. & Vines, A. (2012) 'Modo Angola: empréstimos garantidos por petróleo para infra-estruturas', Power, M. & Alves, A. C. (eds) *China e Angola um casamento de conveniência?* Imprensa Pambazuka, p. 87.
- Xinhua. (2017). "Principais Projectos de Infraestrutura Entre a China e o Mundo Lusófono." *Fórum Do Cinturão e Rota Para Cooperação Internacional*, Maio 10.
- Yin, R. K. (2016). *Investigação qualitativa do princípio ao fim*. Nova Iorque: The Guilford Press, p9.
- Zongwe, D. (2012). "A Caminho Da Reconstrução Pós-Conflito Por Contrato: O Modelo de Angola." *Jornal Electrónico SSRN* 14:3. 10.2139/ssrn.1730442.
- Zhang, Y. & Wildemuth, B. M. (1998) 'Análise Qualitativa de Conteúdo', *revista de Investigação Geofísica B: Terra Sólida*, 103(1), pp. 7069–7077. 10.1029/97jb03577.

Referências Bibliográficas das Figuras

- Anonymous. (2012). “Ministério Das Finanças.” *Assinado Memorando de Entendimento Entre Ministério Das Finanças e Banco de Desenvolvimento Da China*. Recolhido July 5, 2012 (<https://www.minfin.gov.ao/PortalMinfin/#!/sala-de-imprensa/noticias/1316/assinado-memorando-de-entendimento-entre-ministerio-das-financas-e-banco-de-desenvolvimento-da-china>).
- Banco Nacional de Angola. n.d. “Exportações de Petróleo Bruto 1998-2023 Banco Nacional de Angola.”
- Embaixada da República da China . (2016). “Angola Foi Em Julho o Maior Fornecedor de Petróleo Na China.” *Embaixada Da República Da China Na República de Angola*.
- Dados Estatísticos Sobre o Investimento Privado’ Ano 2018.” 8.
- The American Enterprise Institute and The Heritage Foundation, China Global Investment Tracker, 2024 <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>.

